



PARCERIAS PÚBLICO- PRIVADAS PARA A FORTIFICAÇÃO DE ALIMENTOS: O PAPEL DAS ALIANÇAS PARA A FORTIFICAÇÃO DE ALIMENTOS NA ÁFRICA OCIDENTAL

CONSULTORES DE PESQUISA LÍDER:
EDEFÉ OJOMO & RICHARD ODUM NYUMUAH

CO-REVISORES/EQUIPE DE PESQUISA:
MAWULI SABLAK, ELISABETH BOENA, KOFFI ANGE KOBLAN (CRS),
NAMOUDOU KEITA (OOAS)

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado como parte do projeto regional de Fortificação de Alimentos em Grande Escala (LSFF), financiado pela Fundação Bill & Melinda Gates. Queremos agradecer à Fundação e a todos os parceiros nacionais e internacionais pelo apoio no sucesso desta avaliação.

Os consultores gostariam de expressar seus agradecimentos especiais aos funcionários dos Programas Nacionais da Catholic Relief Services em Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Ghana, Nigéria, Senegal e Togo, por seu tempo, coordenação e assistência na bem-sucedida conclusão desta avaliação.

Um agradecimento especial à Equipa de Projeto CRS LSFF, pela coordenação técnica e orientação prestada à atividade.

Nossa mais profunda gratidão às partes interessadas do LSFF envolvidas, de instituições do setor público e do setor privado, por seu envolvimento e imensa disponibilidade para participar deste trabalho que levará ao avanço da fortificação de alimentos em larga escala na África Ocidental.

Nossos sinceros agradecimentos à comissão da CEDEAO e à Organização de Saúde da África Ocidental por sua disposição e esforços dedicados para melhorar os resultados nutricionais e prevenir e reduzir de forma sustentável as deficiências em micronutrientes essenciais na região.

Isenção de responsabilidade

Este relatório é baseado em pesquisa financiada pela Bill & Melinda Gates Foundation. As descobertas e conclusões aqui contidas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente posições ou políticas da Bill & Melinda Gates Foundation.

SUMARIO

Agradecimentos	i
Isenção de responsabilidade	i
<i>LISTA DE MESAS</i>	<i>iv</i>
<i>LISTA DE FIGURAS</i>	<i>v</i>
<i>LISTA DE SIGLAS</i>	<i>vi</i>
<i>SUMÁRIO EXECUTIVO</i>	1
1.0- INTRODUÇÃO	4
1.1- Antecedentes do estudo	4
1.2- Objetivos e metodologia	6
1.3- Estrutura Conceitual/Análise de Dados (Guia Metodológico)	8
Partes interessadas	10
Processos	11
Desafios.....	11
Recomendações.....	11
2.0- PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS E SEU IMPACTO: UMA AVALIAÇÃO DO PAPEL DAS ALIANÇAS NACIONAIS DE FORTIFICAÇÃO NOS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL	13
3.0- UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA DE LSFF POR MEIO DE ALIANÇAS DO SETOR PÚBLICO-PRIVADO NA ÁFRICA OCIDENTAL	29
3.1- Partes interessadas	29
3.2- Processos Estruturados para o Estabelecimento de Alianças Nacionais para a Fortificação de Alimentos na África Ocidental	30
3.3- Coordenação e planejamento estratégico e implementação de fortificação de alimentos. Configuração padrão	33
3.3.1- Configuração padrão do setor público	34
3.3.2- Configuração padrão do setor privado	34
3.3.3- Estabelecer um ambiente favorável por meio da definição de padrões e aplicação de conformidade.....	34
3.4- Reforço de capacidades, monitorização, avaliação e aprendizagem	36
4.0- DESAFIOS	39
4.1- Capacidade Limitada (Desafio Técnico)	39
4.2- Compromisso e Motivação Política (para fortificação e aliança) (Desafio Político)	41
4.3- Falta de Informação sobre Alianças (Desafio Técnico e Administrativo)	42
4.4- Sustentabilidade (Desafio Administrativo)	42
5.0- ANÁLISE SWOT	45
5.1- Forças	45
5.2- Fraquezas	46
5.3- Oportunidades	48
5.4- Ameaças	49
6.0- PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	51
Reforço de capacidade	52
Mecanismos de Coordenação	52
Sistemas de relatórios	52
Financiamento de Implementação	52

Advocacia e Comunicação	53
Alocação Orçamentária	53
Taxas de associação	53
Registro do logotipo da fortificação	53
Doadores e Parceiros	54
<i>CONCLUSÃO</i>	<i>55</i>
Apêndice 1: Alianças de Fortificação na África Ocidental	57
Apêndice 2: As Funções e Objetivos das Alianças Nacionais de Fortificação.....	60
Apêndice 3: Termos de Referência para a Consultoria em Parcerias Público-Privadas para Implementação da Fortificação de Alimentos	64
Apêndice 4: Lista de verificação da entrevista	68
Apêndice 5: Lista de Instituições e Contactos Visitados/Entrevistados	70
<i>Lista de Referências.....</i>	<i>74</i>
Referências Gerais.....	74
País e Região Referências.....	75

LISTA DE MESAS

TABELA 1: AS PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS NO ESPAÇO LSFF SÃO AS SEGUINTEs	29
TABELA 2: CLASSIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS DAS ALIANÇAS.....	32
TABELA 3: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.....	51

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	8
FIGURA 2: CICLO DE FEEDBACK REGULAMENTAR.....	9
FIGURA 3: CATEGORIAS DO QUADRO DE ANÁLISE INSTITUCIONAL.....	10
FIGURA 4: ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO FRANCÓFONA.....	31
FIGURA 5: ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO ANGLÓFONA.....	31

LISTA DE SIGLAS

ABNORM	Agency Burkinabè de Normalisation, de Métrologie et de la Qualité
AIFO-UEMOA	Association des Industrielles de la Filiere
AIM	Association des Industries Meunières
ANEA	Alliance Nationale pour l'Enrichissement d'Aliments en Côte d'Ivoire
ANF	Aliança National para a Fortificação
BMGF	Bill & Melinda Gates Foundation
CAN	Conseil de l'Alimentation et de la Nutrition
CBFA	Commission Béninoise de Fortification des Aliments
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNCN	Conseil National de Concertation en Nutrition
CNDN	Conseil National de Développement de la Nutrition,
CNFA	Comité National pour la Fortification des Aliments
CODINORM	Cote D'Ivoire Normalization Agency
COSFAM	Comite Sénégalaises pour la Fortification des Aliments en Micronutriments
CRS	Catholic Relief Services
DANA	Direction de l'Alimentation et de la Nutrition Appliquee
ECOSHAM	Modelo de harmonização da CEDEAO
FAO	Food and Agriculture Organization
FCCPC:	Federal Competition and Consumer Protection Commission
FMoH	Federal Ministry of Health
GAIN	Global Alliance for Improved Nutrition
HKI	Helen Keller International
LSFF	Large Scale Food Fortification
MI	Micronutrient Initiative
MICE	Ministry of Industry, Commerce and Energy
MND	Deficiências de micronutrientes
MoU	Memorando de Entendimento
NAFDAC	National Agency for Food and Drugs Administration and Control
NAFF	Aliança National para a Fortificação Alimentar
NaNA	National Nutrition Agency

NaSPaT	National Association of Salt Producers and Traders
NFA	Aliança National para a Fortificação
NPC	National Planning Commission
NPHCDA	National Public Health Care and Development Agency
OMS	Organização Mundial da Saúde
OOAS	Organização de Saúde da África Ocidental
PHC	Project Healthy Children
QAQC	Garantia de Qualidade e Controle de Qualidade
SON	Standards Organisation of Nigeria
SWOT	Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund

SUMÁRIO EXECUTIVO

A África Ocidental é a região com maior carga de desnutrição na África. A prevalência de atraso de crescimento (30,9%) e emaciação (6,9%) na região é superior às médias globais (22% e 6,7%, respectivamente). As mulheres em idade reprodutiva também sofrem de um alto nível de problemas de saúde relacionados à nutrição associados a deficiências de micronutrientes, como anemia (51,8%). Os dados mais recentes do Relatório Global de Nutrição mostram que nenhum país da África Ocidental está a caminho de atingir a meta de anemia para mulheres em idade reprodutiva. As mulheres correm maior risco de deficiências de micronutrientes por causa das suas maiores necessidades e por causa da sua fraca diversidade alimentar uma vez que comem frequentemente em último lugar. Geralmente, as dietas na África Ocidental são monótonas e carecem de diversidade adequada para melhorar a ingestão de micronutrientes.

A fortificação de alimentos em larga escala (LSFF), um método comprovado de baixo custo para lidar com deficiências de micronutrientes em escala, foi promovida como uma maneira comprovada de lidar com deficiências nutricionais em grande escala. Começando com a iodização do sal na década de 1990, os países da África Ocidental adotaram a fortificação de alimentos e, na década de 2000, alimentos básicos adicionais foram identificados para fortificação com mais micronutrientes, incluindo ferro, folato e vitamina A, sendo obrigatórios na fortificação de veículos alimentares essenciais selecionados. A fortificação de alimentos é reconhecida e endossada nas políticas nacionais de nutrição em toda a África Ocidental.

A fortificação de alimentos em larga escala (LSFF) envolve várias partes interessadas em vários setores do governo, indústria e sociedade civil. Reúne os interesses das indústrias do setor privado e instituições públicas em vários setores, como saúde, comércio, indústria, pesquisa, educação e outros. Portanto, representa um microcosmo de uma visão nutricional multisetorial que toca vários aspectos da vida social, política e econômica.

O LSFF requer um esforço conjunto de todas as partes interessadas para garantir que haja uma estratégia clara e um plano acionável que abranja as atividades em toda a cadeia de valor da fortificação, da fábrica à loja e à mesa, com comunicação e suporte mútuos. Portanto, todas as partes interessadas devem estar envolvidas desde o início e suas funções identificadas e delineadas para garantir transparência e responsabilidade na governança da fortificação.

É com esse objetivo que as alianças de fortificação foram introduzidas como uma plataforma inclusiva para o engajamento das partes interessadas na promoção da implementação da fortificação. Essas alianças foram estabelecidas nos países da África Ocidental com a expansão da fortificação em países da região e foram particularmente impulsionadas pela CEDEAO e parceiros globais por meio de diálogos do setor público-privado para fortificação de alimentos. Embora muitas dessas alianças tenham sido fundamentais para promover a fortificação obrigatória de veículos alimentares, como farinha de trigo e óleo vegetal em vários países, elas tiveram vida curta e, duas décadas

após o estabelecimento das primeiras alianças de fortificação, existem poucas alianças nacionais de fortificação ativas no região. Portanto, é importante esclarecer seu papel, identificar os desafios encontrados na administração de alianças de fortificação, explorar as oportunidades para uma aliança regional de fortificação e propor intervenções práticas para avançar com alianças sustentáveis em nível nacional e regional.

As alianças de fortificação desempenham uma ampla gama de funções relacionadas ao avanço da fortificação de alimentos, e estas incluem:

Coordenação das partes interessadas: Garantir mecanismos eficazes de coordenação de parceria público-privada contextualizados para a fortificação de alimentos em nível nacional com estruturas de responsabilidade mútua para alcançar o impacto da fortificação de alimentos na redução e prevenção da alta carga de deficiências de vitaminas e minerais e suas consequências relacionadas à saúde pública.

Definição de padrões: facilitando a preparação e adoção de medidas políticas, legislativas e regulatórias para a implementação da fortificação de alimentos; promoção e implementação de atividades de pesquisa para o desenvolvimento de iniciativas de fortificação de alimentos; solicitar e manter compromisso político e apoio para a fortificação de alimentos nos níveis mais altos do governo.

Difusão de Normas: promoção e implementação de advocacia e sensibilização das normas existentes junto dos consumidores; garantir que todas as partes interessadas sejam informadas da existência de desenvolvimentos na implementação da fortificação de alimentos; desenvolvimento e implementação de marketing social e estratégias de comunicação para fortificação de alimentos entre todas as partes interessadas em todos os níveis.

Implementação de Padrões: fomento à coordenação e monitoramento de programas e projetos de fortificação de alimentos ; apoiar o setor privado na garantia de qualidade e certificação de alimentos fortificados; avaliar o controle de qualidade e a conformidade dos produtos com as normas de fortificação desde o processo de produção até o consumo ; desenvolver ferramentas e métodos inovadores de monitoramento e avaliação para garantir a conformidade com os padrões de fortificação de alimentos.

Embora as alianças de fortificação tenham desempenhado algumas dessas funções na África Ocidental, houve impedimentos para seu sucesso e sustentabilidade, e esses desafios incluem:

- desafios técnicos, como capacidade limitada para a implementação sustentada da fortificação de alimentos, tanto no setor público quanto no privado
- desafios políticos, como baixa motivação política para promover a fortificação de alimentos como uma intervenção crítica
- desafios administrativos, como a implantação de uma estratégia de comunicação abrangente e eficaz, bem como o desenvolvimento de mecanismos de financiamento sustentáveis para manter as alianças funcionais

Esses desafios levaram à dormência da maioria das alianças de fortificação na região, exigindo o desenho de intervenções-chave que irão reviver e sustentar as alianças de fortificação como um mecanismo chave para a governança e implementação da fortificação na África Ocidental. Algumas dessas propostas são:

- Desenvolver uma estratégia regional de fortificação para orientar os estados no desenvolvimento de estratégias nacionais de fortificação, prevendo o avanço da fortificação por meio da introdução de mecanismos de capacitação; estruturas de coordenação institucional; sistemas de relatórios; estratégia de advocacia e comunicação; e planos de financiamento de implementação
- Orientar o desenvolvimento de estratégias nacionais de fortificação nos estados membros da CEDEAO
- Revitalizar as alianças nacionais de fortificação nos estados membros da CEDEAO
- Apoiar o desenvolvimento de uma estrutura de sustentabilidade para alianças nacionais de fortificação, com foco em múltiplos fluxos de receita
- Estabelecer uma aliança de fortificação regional para orientar os interesses e engajamentos das partes interessadas regionais
- Desenvolver uma estratégia de financiamento de fortificação que apoiará os estados membros da CEDEAO na implementação de suas estratégias nacionais de fortificação

Este estudo representa a primeira exploração abrangente do papel e status das alianças de fortificação na África Ocidental e servirá como uma ferramenta útil para o avanço de parcerias público-privadas para fortificação de alimentos na região.

1.0- INTRODUÇÃO

1.1- Antecedentes do estudo

As deficiências de micronutrientes (MNDs) afetam a saúde e a qualidade de vida de uma pessoa em diferentes estágios de desenvolvimento, desde a infância até a idade adulta. Durante a infância, os transtornos mentais contribuem para condições como baixo peso ao nascer e desenvolvimento mental prejudicado; na infância e adolescência, podem ser responsáveis por déficit de estatura e redução da capacidade mental e da produtividade; e na idade adulta, impactam negativamente a produtividade e nutrição (Bailey et al, 2015). Devido ao grave impacto na saúde dos MNDs, eles também levam ao aumento das taxas de mortalidade em vários estágios do desenvolvimento humano. Portanto, lidar com MNDs em escala é fundamental para melhorar a saúde e o status socioeconômico de populações inteiras.

Durante décadas, a comunidade global de saúde identificou deficiências específicas de micronutrientes que foram responsáveis por desafios de saúde específicos, como a deficiência de iodo e seu impacto nas funções da tireoide (OMS, 1974). Os MNDs são generalizados, com deficiências de iodo, ferro e vitamina A reconhecidas como globalmente endêmicas, e deficiências de folato e zinco prevalentes em toda a população global (Magee e McCann, 2019). Esses MNDs representam graves desafios de saúde entre populações vulneráveis, como mulheres em idade reprodutiva e crianças. Consequentemente, várias estratégias foram identificadas como críticas para lidar com os transtornos mentais e melhorar as condições de saúde e nutrição das populações afetadas. Os métodos mais comuns, econômicos e produtivos de lidar com MNDs são a diversificação da dieta, fortificação de alimentos e suplementação (Han et al, 2022). Embora a diversificação da dieta e a suplementação de vitaminas e minerais possam fornecer soluções direcionadas para populações altamente impactadas, elas exigem mudanças comportamentais e comprometimento, o que pode afetar sua eficácia onde tais intervenções nem sempre estão prontamente disponíveis ou onde o comprometimento necessário para participar não pode ser sustentado por vários fatores sociais. -razões econômicas, por exemplo, acesso a cuidados pré-natais para mulheres grávidas. A fortificação de alimentos, por outro lado, não requer mudança de comportamento ou compromisso por parte dos consumidores e é escalável, pois, onde a conformidade é alta, é acessível a todos os segmentos da população com acesso aos veículos de alimentos fortificados. Portanto, a fortificação tem sido recomendada para promover o MNDC generalizado, juntamente com a diversificação alimentar e a suplementação de vitaminas e minerais, particularmente entre as populações severamente afetadas (Bailey et al, 2015).

Embora, conforme observado acima, os MNDs sejam endêmicos globalmente, eles são particularmente prevalentes e têm um grande impacto nas condições de saúde nos países em desenvolvimento, principalmente entre mulheres em idade reprodutiva e crianças

(Ohanenye et al, 2021; Walle et al , 2020) . Estima-se, embora com certeza limitada, que mais de “metade das crianças em idade pré-escolar e dois terços das mulheres não grávidas em idade reprodutiva em todo o mundo têm deficiências de micronutrientes” (Stevens et al, 2022). Mais especificamente, embora tenham sido registradas melhorias na carga de doenças de MNDs desde a década de 1990, a carga permanece alta na África subsaariana em comparação com a maioria das outras regiões e com as tendências globais (Han et al, 2022; Stevens et al, 2022).

A África Ocidental, o foco deste estudo, é registrada como tendo a menor prevalência de sobrepeso entre crianças menores de 5 anos de idade (2,7%) na África, mas a prevalência de nanismo (30,9%) e magreza (6,9%) na região é maior que as médias globais (22% e 6,7%, respectivamente). As mulheres em idade reprodutiva também sofrem um alto nível de condições de saúde relacionadas à nutrição, como anemia (51,8%) e obesidade, enquanto a desnutrição adulta contribui para doenças como obesidade e diabetes, áreas em que todos os países da região estão fora do caminho para atingir as metas globais¹.

A fortificação de alimentos em larga escala (LSFF) é um método comprovado de baixo custo para lidar com deficiências de micronutrientes em escala e tem o potencial de fornecer 30-50% da dose diária recomendada de micronutrientes específicos. Se os alimentos básicos fossem enriquecidos com vitaminas e nutrientes escolhidos, uma grande parte da população receberia algum valor nutricional significativo sem fazer nenhuma mudança comportamental e com um custo mínimo. Isso garantiria níveis mínimos de disponibilidade de nutrientes em toda a população. Consequentemente, a fortificação de alimentos tem sido promovida como uma forma comprovada de abordar deficiências nutricionais em larga escala por cerca de um século. Começando com a iodização do sal na década de 1990, os países da África Ocidental adotaram a fortificação de alimentos e, na década de 2000, mais alimentos básicos foram identificados para fortificação com mais nutrientes e vitaminas, incluindo ferro, ácido fólico e vitamina A. A fortificação de alimentos é reconhecida e endossada em políticas nacionais de nutrição em toda a África Ocidental com resoluções ministeriais para fortificação obrigatória de farinha de trigo e óleo vegetal, bem como iodização universal do sal em todos os países membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Todos os 15 estados membros da CEDEAO têm estratégias nacionais de nutrição que delineiam metas amplas para enfrentar vários desafios relacionados à nutrição, todos os 15 países adotaram a fortificação alimentar de alimentos básicos e condimentos em seus planos de nutrição para implementação e pelo menos 14 estados membros da CEDEAO têm plataformas multissetoriais para fortificação de alimentos. No entanto, os níveis de compromisso e implementação variam em alguns países da região. Em um estudo da CEDEAO de 2020, os compromissos da política de nutrição diferiram significativamente entre os países e os programas de nutrição na região também variaram em termos de

¹ Dados recuperados do Relatório Global de Nutrição 2022

compromisso, implementação e resultados. Na área de saúde e promoção e fortificação da dieta, os países também tiveram desempenhos díspares, e a diversidade alimentar na região mostrou estar em declínio, exceto para países como a Nigéria, com uma melhoria entre 1% e 3% na diversidade alimentar. Não havia dados disponíveis para vários, então os relatórios e análises eram limitados. (CEDEAO, 2020) Estas disparidades nas políticas e programas de nutrição, bem como as limitações de dados, tornam necessário lançar uma agenda regional para promover a implementação eficaz e consistente de programas de nutrição na África Ocidental. Os países também podem ter priorizado a integração da nutrição na agricultura e nos planos de investimento em segurança alimentar para promover sistemas alimentares sensíveis à nutrição; no entanto, a implementação abrangente pode permanecer um desafio. Uma agenda regional adotará uma abordagem agregada juntamente com compromissos individuais em nível de país que ofereçam soluções contextuais para os desafios enfrentados pelos estados da região.

Conseqüentemente, este projeto envolve um estudo da estrutura de governança para fortificação de alimentos nos estados membros da CEDEAO para melhorar a ingestão de micronutrientes como parte de sistemas alimentares resilientes sensíveis à nutrição, particularmente o papel das parcerias público-privadas no avanço das estratégias de fortificação dos governos nacionais. Ele também explora o papel das estruturas regionais na promoção de tais parcerias e no avanço da implementação de fortificações em toda a região.

1.2- Objetivos e metodologia

O objetivo deste estudo é fornecer uma visão geral analítica da estrutura regulatória e de governança para alianças de parceria público-privadas para fortificação de alimentos na África Ocidental, entre os estados membros e no nível regional. Para tal, este estudo descreve o panorama regulatório e de governança nos Estados membros da CEDEAO e ao nível da Comunidade da CEDEAO, revelando as principais partes interessadas, os quadros jurídicos e institucionais e os desafios dos quadros existentes para a implementação da fortificação alimentar em larga escala. Os objetivos do estudo incluem:

- ❖ Identificar as principais partes interessadas no cenário LSFF na África Ocidental
- ❖ Apresentar um mapeamento detalhado das partes interessadas para a governança LSFF na África Ocidental
- ❖ Examinar o papel das parcerias público-privadas na governança LSFF na África Ocidental
- ❖ Apresentar uma visão geral atualizada do status das alianças nacionais de fortificação na África Ocidental

- ❖ Identificar os desafios e oportunidades para parcerias público-privadas na implementação de LSFF, particularmente as alianças de fortificação, em toda a África Ocidental
- ❖ Recomendar medidas e mecanismos para promover o papel das alianças de fortificação para a implementação do LSFF na África Ocidental

Este estudo, realizado de novembro de 2022 a maio de 2023, examinou o papel e o status das partes interessadas no cenário LSFF por meio dos seguintes métodos: primeiro, foi realizada uma revisão documental de fontes primárias e secundárias relevantes. Leis, regulamentos, portarias e decretos ministeriais, bem como instrumentos regionais e internacionais, quando relevantes, foram consultados para obter informações sobre o status legal e institucional das alianças e estruturas de governança relacionadas que foram examinadas neste estudo. Relatórios, manuais, diretrizes e materiais acadêmicos foram usados para coletar dados sobre a situação e as atividades das alianças e para a análise das estruturas existentes.

O segundo método empregado para este estudo é o uso de entrevistas semi-estruturadas para coletar dados das partes interessadas do LSFF em vários países da África Ocidental. Após uma análise documental preliminar das fontes primárias e secundárias, algumas partes interessadas foram identificadas nos principais países da CEDEAO a serem visitados. Os principais países foram a República do Benin, Burkina Faso, *Côte d'Ivoire*, Ghana, Nigéria e Senegal. Durante as visitas a esses países, foram realizadas entrevistas com partes interessadas dos setores público e privado com base em um guia de entrevista (Apêndice I) que foi compartilhado com as partes interessadas antes das entrevistas para que pudessem entender adequadamente o objetivo e o escopo do projeto e se familiarizar -se com as perguntas. Embora as entrevistas pessoais tenham sido realizadas com base em algumas das perguntas do guia de entrevista, as discussões não foram adaptadas estritamente ao guia de entrevista. As partes interessadas foram solicitadas a voltar ao guia de entrevista após as reuniões, passar algum tempo pensando e respondendo às perguntas e fornecendo respostas por escrito a elas. Estes seriam posteriormente compartilhados com a equipe do projeto e usados na análise de dados.

Para além das visitas presenciais durante as quais foram realizadas reuniões presenciais, foram agendadas reuniões virtuais com partes interessadas de alguns países, nomeadamente Burkina Faso, Gâmbia, Ghana, Senegal e Togo. O roteiro de entrevista foi compartilhado com as partes interessadas antes das reuniões virtuais agendadas. Embora as entrevistas tenham sido conduzidas com base em algumas das perguntas do guia de entrevista, as discussões não foram adaptadas estritamente ao guia de entrevista. As partes interessadas foram convidadas a passar algum tempo pensando e respondendo às perguntas do guia de entrevista, às quais forneceram respostas por escrito e compartilharam com a equipe do projeto.

Em conclusão, as respostas escritas e orais foram coletadas das partes interessadas durante o estudo e, no final do período de coleta de dados, os dados foram analisados com base na estrutura de análise de dados desenvolvida para o estudo.

1.3- Estrutura Conceitual/Análise de Dados (Guia Metodológico)

Conforme observado acima, o LSFF foi reconhecido como uma intervenção econômica para lidar com MNDs em escala. Conseqüentemente, nas últimas duas décadas, os governos da África Ocidental introduziram padrões obrigatórios de fortificação de veículos alimentares específicos como uma intervenção estratégica para atingir as metas nacionais de nutrição. Um aspecto importante do LSFF é a implementação regulatória, que envolve estabelecimento de padrões, difusão de padrões e implementação de padrões. Essas etapas regulatórias, para serem bem-sucedidas, requerem o envolvimento de várias partes interessadas que são críticas para a implementação regulatória.

Essas partes interessadas operam em nível nacional ou regional e, às vezes, em ambos os níveis, dependendo do escopo regulatório de uma determinada intervenção. Na África Ocidental, existe um programa regulador regional que envolve agências nacionais de definição e implementação de padrões de toda a região na formulação de padrões regionais que são então transmitidos ao nível nacional por meio de um sistema de difusão de padrões reconhecido que envolve a aprovação e adoção de normas regionais pelos órgãos relevantes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Conseqüentemente, o estabelecimento de padrões, a difusão de padrões e a implementação de padrões são estabelecidos nos níveis nacional e regional da implementação regulatória do LSFF na África Ocidental.



FIGURA 1: ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O envolvimento das partes interessadas em todas as fases do processo regulatório é importante e, como tal, é importante identificar as partes interessadas relevantes e seu papel para entender e moldar a implementação regulatória. O envolvimento das partes interessadas na implementação do LSFF depende da categoria da parte interessada e da natureza de sua atividade no ecossistema LSFF. Em termos gerais, as partes interessadas podem ser classificadas em partes interessadas públicas e privadas, com partes

interessadas públicas abrangendo as agências governamentais e organizações envolvidas em atividades regulatórias de LSFF e partes interessadas privadas abrangendo organizações não governamentais envolvidas e impactadas por atividades regulatórias de LSFF. Enquanto as partes interessadas públicas incluem ministérios governamentais, agências, comissões e escritórios especiais do governo responsáveis por empreendimentos específicos, as partes interessadas privadas envolvem fabricantes, empresas de embalagens, grupos de defesa do consumidor, organizações comunitárias e instituições de pesquisa e consumidores. Um processo regulatório abrangente envolve um ciclo de feedback de governança que é consultivo, comunicativo e colaborativo.

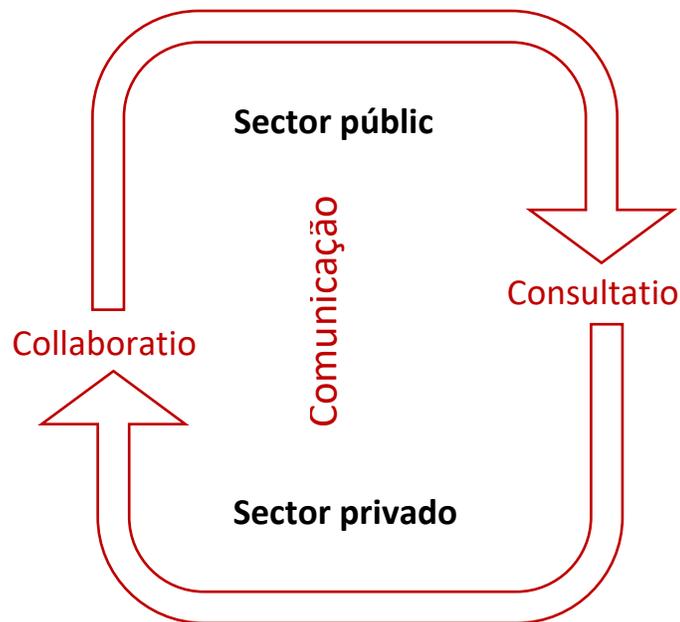


FIGURA 2: CICLO DE FEEDBACK REGULAMENTAR

Fluindo do exposto, este projeto fornece uma análise detalhada do envolvimento do setor público-privado na implementação do LSFF, particularmente por meio da estrutura de alianças nacionais de fortalecimento que foram estabelecidas em vários países da África Ocidental para melhorar o desempenho regulatório e de conformidade, fornecendo uma plataforma para que as partes interessadas dos setores público e privado se envolvam em questões relacionadas à implementação do LSFF. Essas alianças são uma parte importante da estrutura de governança do LSFF, pois reúnem todas as partes interessadas na governança.

Este projeto visa esclarecer a estrutura de governança para a implementação do LSFF, analisando o papel e o impacto das parcerias público-privadas. Isso envolverá:

- ❖ determinar o estado da implementação do LSFF na África Ocidental
- ❖ identificar as principais partes interessadas na implementação do LSFF na África Ocidental e definir claramente suas funções, envolvimento e impacto
- ❖ determinar o estado e a composição das alianças nacionais de fortificação na região

- ❖ entender o papel da aliança de fortificação no avanço da implementação da fortificação
- ❖ identificando potenciais “campeões” de implementação de LSFF
- ❖ descrevendo as ferramentas de defesa existentes e o potencial para ferramentas novas e aprimoradas para melhorar a implementação do LSFF
- ❖ medir o compromisso das partes interessadas com a implementação do LSFF
- ❖ identificando desafios para a implementação do LSFF e possíveis soluções
- ❖ explorando o cenário regulatório regional atual para LSFF
- ❖ explorando a possibilidade de introduzir uma aliança regional de fortificação para promover a implementação do LSFF em toda a região.

Para esse fim, o guia de entrevista (Apêndice 1) apresenta os temas de dados e a estrutura para coletar e analisar os dados relevantes.

Com base em uma estrutura de análise de dados existente usada para projetos anteriores de natureza semelhante, os seguintes códigos dedutivos serão adotados e as categorizações adaptadas para se adequar a este estudo. Os códigos usados no estudo são:

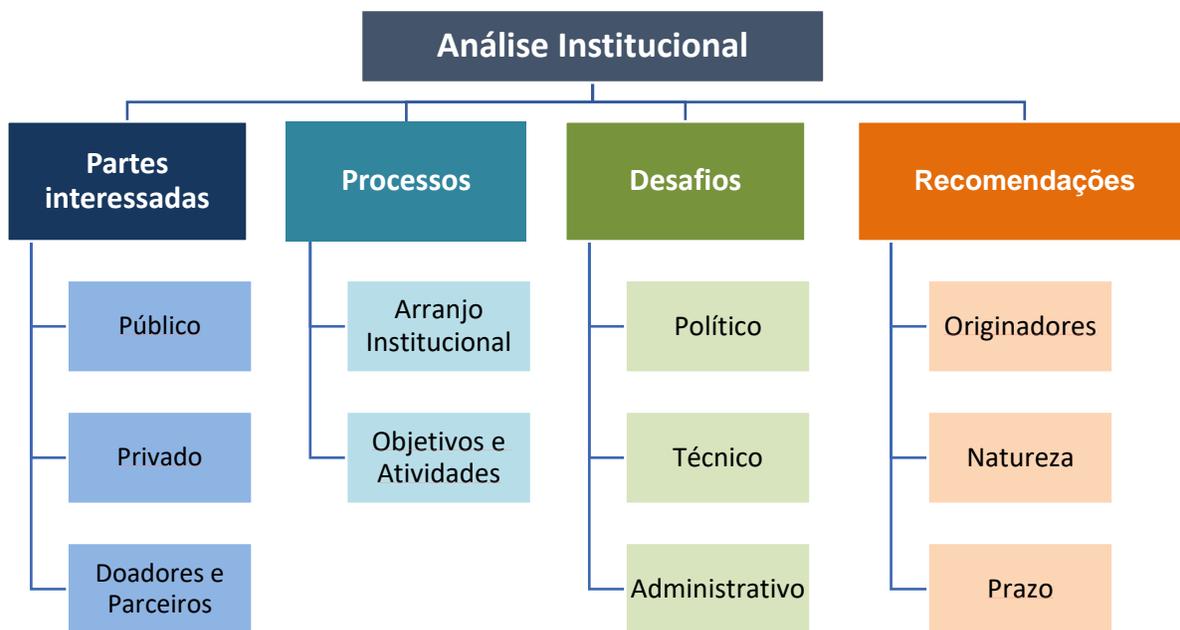


FIGURA 3: CATEGORIAS DO QUADRO DE ANÁLISE INSTITUCIONAL

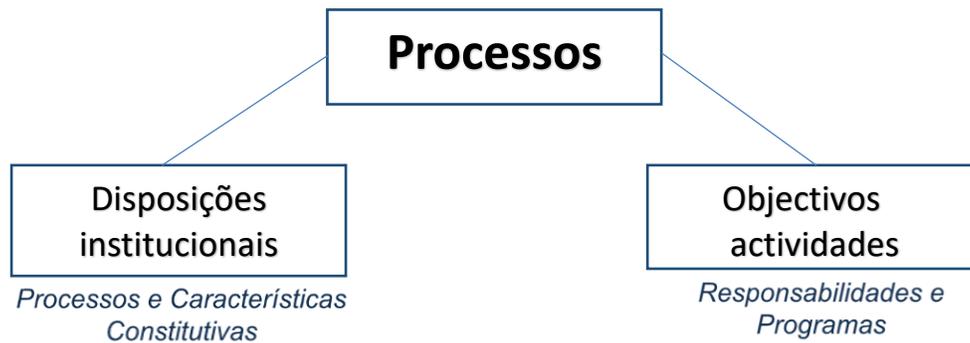
Partes interessadas

As partes interessadas do LSFF são os indivíduos e instituições dos setores público e privado envolvidos ou afetados pela regulamentação do LSFF. Durante as entrevistas, as partes interessadas foram solicitadas a indicar as principais partes interessadas que impactam e são impactadas pelas atividades regulatórias do LSFF, e essas partes interessadas foram categorizadas com base no papel que desempenham no cenário de

implementação do LSFF. Na seção seguinte deste relatório, as partes interessadas identificadas são categorizadas de acordo.

Processos

Ao codificar os processos relevantes envolvidos na governança institucional de LSFF, particularmente o estabelecimento e gestão de parcerias público-privadas, as duas principais categorias que serão estudadas são: arranjos institucionais, que exploram o estabelecimento e gestão dessas parcerias, e objetivos e atividades, que exploram seu desempenho. No entanto, o trabalho concentra-se significativamente nos arranjos institucionais, analisando a governança das alianças de parceria público-privadas e melhorando sua sustentabilidade e funcionalidade.



Desafios

As partes interessadas foram questionadas sobre os desafios enfrentados pelas partes interessadas dos setores público e privado na busca e promoção da implementação do LSFF. Dada a ampla gama de partes interessadas e atividades envolvidas, os desafios serão categorizados com base em sua fonte percebida. Dado que as parcerias público-privadas envolvem partes interessadas com objetivos e interesses às vezes variados, entender a origem de um desafio pode ajudar as partes interessadas a assumir a responsabilidade por seu envolvimento em um empreendimento tão colaborativo. Por exemplo, os desafios políticos, que normalmente envolveriam o envolvimento do setor público de alto nível, podem ser canalizados por meio dos canais apropriados do setor público, enquanto os desafios técnicos podem ser enfrentados buscando recursos para lidar com os déficits de capacidade por meio dos canais do setor público ou privado.

Recomendações

Este projeto teve como objetivo projetar e projetar soluções com base nas percepções e recomendações das partes interessadas para melhorar a administração institucional para a implementação do LSFF. Estas recomendações serão também categorizadas como forma de identificar a origem da intervenção (qual(is) parte(s) interessada(s) será(ão) responsável(is) pelo início e implementação desta medida?), a natureza da intervenção (é uma intervenção política, administrativa, técnica ou medida composta?), e o prazo para a realização da intervenção (é uma medida de curto, médio ou longo prazo?). Isso será útil

para projetar a fase de implementação de um projeto de implementação LSFF para a África Ocidental.

Os dados coletados durante o curso deste estudo, da pesquisa documental e das entrevistas e respostas, foram compilados e analisados ao longo dessas categorias e apresentados abaixo neste relatório que apresentará a estrutura institucional para a implementação do LSFF na África Ocidental.

2.0- PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS E SEU IMPACTO: UMA AVALIAÇÃO DO PAPEL DAS ALIANÇAS NACIONAIS DE FORTIFICAÇÃO NOS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL

A fortificação de alimentos em larga escala (LSFF) envolve várias partes interessadas em vários setores do governo, indústria e sociedade civil. Reúne os interesses de instituições públicas e privadas de diversos setores, como saúde, comércio, indústria, educação, entre outros. Portanto, representa um microcosmo de uma visão nutricional multisetorial que toca vários aspectos da vida social, política e econômica.

A governança da LSFF não é simplesmente uma atividade unilateral do lado da oferta que envolve o pronunciamento e a aplicação de regras direcionadas a grupos específicos. Em vez disso, requer um esforço conjunto de todas as partes interessadas para garantir que haja uma estratégia clara e um plano acionável que abranja as atividades em toda a cadeia de valor da fortificação, para responsabilidade mútua da fábrica à loja à mesa com

comunicação e suporte mútuos. Portanto, todas as partes interessadas devem estar envolvidas desde o início e suas funções identificadas e delineadas para garantir transparência e responsabilidade na governança da fortificação.



Visita da equipa do projecto LSFF ao Ministro da Comunicação do Burkina Faso

Esta seção fornece um breve resumo da governança da fortificação em cada estado membro da CEDEAO antes de apresentar uma visão geral das partes interessadas na fortificação na África Ocidental derivada de um estudo desses sistemas nacionais. Abaixo, as estruturas de governança LSFF dos 15 estados membros da CEDEAO são descritas, indicando sua origem, seus objetivos, suas atividades e seu status.



2.1- Benin

A fortificação de alimentos é uma parte importante da estratégia alimentar e nutricional do Governo do Benim. Dentro de vários ministérios, existem unidades e departamentos especializados responsáveis pela implementação de projetos de alimentação e nutrição, ou cujas funções abrangem a implementação de alguns projetos de alimentação e nutrição. Por exemplo, a *Direction de l'Alimentation et de la Nutrition Appliquee* (DANA) – no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pescas, instituído por Portaria de 2003, compete-lhe, entre outras funções, coordenar as actividades relativas à alimentação e nutrição. Além disso, a *Agence nationale de Normalisation, de Métrologie et du Contrôle de la Qualité* (ANM), a Agência Nacional de Normalização, situada no Ministério da Indústria e Comércio, é responsável por estabelecer e monitorar os padrões nacionais. A Unidade de Nutrição da *Direction de la Sante de la Mere et de l'Enfant* (DSME), situada no Ministério da Saúde, também é um importante ator nutricional para promover soluções para os desafios nutricionais no país, especialmente onde afetam grupos vulneráveis.

O Commission Béninoise de Fortification des Aliments³ (CBFA) foi estabelecido em 2009 como uma plataforma multisectorial para promover a fortificação de alimentos no país, e é creditado por liderar a ordem interministerial para a fortificação de óleo comestível com vitamina A em 2012.

O Governo reconhece a natureza multisectorial da nutrição e aborda a governança alimentar e nutricional por meio de plataformas e mecanismos colaborativos multisectoriais. No ápice da governança nutricional no País está o *Conseil de l'Alimentation et de la Nutrition* (CAN) (Conselho de Alimentação e Nutrição), instituído pelo Decreto nº 2009-245 de junho de 2009 como o principal órgão responsável pela e assegurar a implementação da Política e Plano Nacional de Alimentação e Nutrição no país, bem como coordenar as actividades nacionais de alimentação e nutrição. O Conselho, localizado no Gabinete do Presidente, é um fórum para reunir as partes interessadas dos setores público e privado nos mais altos níveis para definir a agenda de nutrição para o país. Seus membros incluem representantes dos Ministérios da Agricultura, Saúde, Proteção Social, Desenvolvimento, Finanças, Descentralização e Comércio, bem como da Associação Nacional de Municípios de Benin, Associação da Indústria Alimentar, Instituições de Treinamento em Alimentação e Nutrição, Instituições de Pesquisa em a área de Alimentação e Nutrição, Sociedade Civil incluindo Associações de Consumidores, Câmara Nacional de Agricultura e Organizações

Profissionais Agropecuárias². Este é um exemplo de parceria público-privada entre setores para a implementação de atividades de alimentação e nutrição. Enquanto o Conselho representa a parceria público-privada multisectorial nos mais altos níveis de tomada de decisão em questões nacionais de alimentação e nutrição, a *Commission Béninoise de Fortification des Aliments³* (CBFA) representa uma parceria mais direcionada para a promoção da fortificação de alimentos como alimento e estratégia de nutrição.

O CBFA foi estabelecido em 2009 como uma plataforma multisectorial para promover a fortificação de alimentos no país, e é creditado por liderar a ordem interministerial para a

² Artigo 5º do Decreto

³ Comissão do Benim de Fortificação dos Alimentos

fortificação de óleo comestível com vitamina A em 2012⁴. Além disso, há informações limitadas sobre a situação atual da CBFA e seus membros.



2.2- Burkina Faso

Em 2002, o *Comité de Pilotage des Programmes et Projets d'Enrichissement d'Aliments en Micronutriments*⁵ foi estabelecida em Burkina Faso pela Ordem Conjunta no . 102-128 /MS/MPCEA/MEF/M. Agri/MATD de 26 de abril de 2002, para facilitar e coordenar os programas de fortificação de alimentos do país. Em 2008, o *Conseil National de Concertation en Nutrition*⁶ (CNCN) foi criado pelo Decreto N°2008-003/PRES/PM/MS/MAHRH/MASSN/MEF . Sua gestão compreendia os Ministros da Saúde; Agricultura, Hidráulica e Recursos Pesqueiros; Ação Social e Solidariedade Nacional; e Economia e Finanças, além de representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Hellen Keller International (HKI). Seus membros abrangeram uma ampla gama de representações do setor público e privado, incluindo ministérios adicionais, como o Ministério de Recursos Animais e Habitação e Planejamento Urbano, entre outros, e representantes das Nações Unidas, da União Européia, do Comitê Internacional para a Seca Controle no Sahel e o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento. O CNCN fornece uma plataforma multissetorial multissetorial para o planejamento nutricional, para que as partes interessadas possam levar em consideração os vários programas com impactos na nutrição e trabalhar para garantir o alinhamento e a coordenação adequados.

Em 2014, a Aliança Nacional para a fortificação (ANF) foi estabelecida por uma Ordem Interministerial emanada do Ministério da Saúde e endossada pelos Ministérios da Saúde; Comércio e indústria; Economia e Finanças; e Agricultura e Recursos Hídricos com representação do setor privado e organizações da sociedade civil. A Aliança foi estabelecida para auxiliar o CNCN no planejamento, implementação e monitoramento da estratégia nacional



Visita ao Ministro da Saúde do Burkina Faso

⁴ Ano 2012 N° 0238 MS/MEF/MAEP/MICPME/DE/SEME Contendo Modalidades de Fortificação em Vitamina A a partir de Óleos Comestíveis Destinados ao Consumo Humano e Animal na República do Benin

⁵ Comitê de direção dos Programas e Projetos de fortificação de Alimentos e Micronutrients

⁶ Conselho Nacional de Concertação em Nutrição

de fortificação de alimentos. Foi estabelecido como uma ampla plataforma multistakeholder que ia além dos membros da CNCN, incluindo a Liga do Consumidor de Burkina Faso e a representação da indústria. A secretaria da Alliance está no Departamento de Nutrição do Ministério da Saúde e a Presidência e a Vice-Presidência são exercidas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Comércio, respectivamente.

A Aliança é responsável por garantir o compromisso do governo com a fortificação de alimentos e garantir a implementação e monitoramento dos padrões de fortificação de alimentos no país, ao mesmo tempo em que cria uma plataforma para diálogo público-privado e cooperação para o avanço da fortificação de alimentos no país, incluindo o fomento pesquisa para garantir a implementação efetiva de programas de fortificação de alimentos e mecanismos de controle de qualidade; advocacia, incluindo legislação e intervenções regulatórias para proteger os consumidores; e garantir financiamento para a execução de seu papel, entre outras coisas. A ANF tem um amplo mandato para promover o progresso político, técnico e institucional para a implementação da fortificação de alimentos em Burkina Faso.



2.3- Cabo Verde

Os dados recolhidos durante o estudo revelaram que em Cabo Verde não existe uma plataforma multissetorial para coordenar as questões de fortificação. Embora existam discussões e compromissos entre os diferentes intervenientes (Ministério da Saúde (MS), Ministério da Indústria, Comércio e Energia (MICE), Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), Ministério das Finanças, Direcção-Geral das Alfândegas (DGA), Autoridade Autónoma de Regulação da Saúde (ERIS), Inspeção-Geral das Actividades Económicas (IGAE), Cooperativas e sector privado), não existe qualquer plataforma que facilite a coordenação entre os actores.

O Ministério da Saúde é responsável pelo programa nacional de fortificação de alimentos, mas não há legislação que abranja a fortificação de alimentos. Além disso, não há texto identificando qual autoridade é responsável pela inspeção/verificação de micronutrientes em veículos alimentares e a dose recomendada.

Apesar dessas lacunas e limitações, as partes interessadas indicaram a vontade das autoridades de melhorar a política e os programas de fortificação de alimentos no país, especialmente para a farinha de trigo.



2.4- Cote d'Ivoire

A *Aliança Nacional para a Fortificação* (ANF) foi criada na Côte d'Ivoire por um Despacho Interministerial (Despacho n.º 195/MSHP/MIPSP de 10 de Outubro de 2006) em 2006 como parte do lançamento em 2005 do Programa de Fortificação Alimentar do país Programa apoiado por uma doação de US\$ 3 milhões da Bill & Melinda Gates Foundation por meio da Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN) e implementado por Helen Keller International (HKI).

Em 2014, o *Conseil National pour la Nutrition*⁷ (CNN) foi criado por uma Ordem (Decreto nº 2014-433 de 16 de julho de 2014) do Primeiro-Ministro que é o Presidente do Conselho. O Conselho foi instituído para conduzir a coordenação multissetorial da política nacional de nutrição. Em 2018, a *Alliance Nationale pour la Enrichissement d'Aliments en Cote d'Ivoire*⁸ (ANEA) foi criada por Despacho do Primeiro-Ministro (Despacho n.º 602/PM/CAB de 02 de novembro de 2018) como órgão da CNN com a missão principal de assistir a CNN na implementação da política nacional estratégia de fortificação de alimentos. A Ordem de 2018 revogou a Ordem de 2006 que criava a ANF e instituiu um Comitê Técnico e uma Secretaria Técnica como os principais órgãos da Aliança. A composição do Comitê Técnico é composta por representantes dos setores público e privado de órgãos governamentais, sociedade civil, indústria, instituições de pesquisa, laboratórios e do principal órgão normatizador do país, CODINORM, entre outros. A Ordem que institui a ANEA não menciona nenhum parceiro financeiro técnico como membro da Aliança. Em 2019, foi assinado um decreto para substituir a CNN pelo *National Council for Nutrition, Food and Early Childhood Development*⁹ (CONNAPE) com as mesmas atribuições.



Work session with the Ivorian brigade for control and the repression of fraud

Desde a sua criação, a ANEA liderou a agenda de fortificação do arroz na Côte d'Ivoire. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para cumprir seu amplo mandato, que inclui monitoramento e avaliação, investigação e levantamentos, supervisão regulatória e outras atividades. Espera-se que a Aliança promova e melhore a fortificação de alimentos no país e apoie os processos regionais e transfronteiriços com base em quase duas décadas de engajamento ativo na fortificação regional e nacional. Por exemplo, o logotipo *ENRICH!* harmonizado para marcar alimentos fortificados na maioria dos países da África

⁷ Conselho Nacional para a Nutrição

⁸ Aliança Nacional para a fortificação dos Alimentos na Cote d'Ivoire

⁹ Conselho Nacional de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento da Primeira Infância

Ocidental foi inicialmente desenvolvido na Côte d'Ivoire e uma versão modificada adotada para os oito países membros da UEMOA e posteriormente por Cabo Verde, Libéria, Gâmbia, Guiné e Serra Leoa.

2.5- The Gâmbia



Na Gâmbia, a Aliança Nacional para a Fortificação de Alimentos (NAFF) foi criada em 2018 pelo Conselho Nacional de Nutrição. O Conselho foi criado em 2010 como uma plataforma de reunião e coordenação de várias partes interessadas para reunir diferentes atores que impactam a nutrição dos setores público e privado. O Conselho fornece liderança política e técnica em questões de nutrição e garante o compromisso político e o ímpeto para a nutrição em diferentes setores da agenda do governo, priorizando assim a nutrição em todos os setores. Para tanto, é chefiado pelo Vice-Presidente e situado no Gabinete do Vice-Presidente.

O NAFF é uma plataforma mais ampla do que o Conselho, incluindo atores da indústria em toda a cadeia de valor da fortificação e é mais direcionado do que o Conselho, concentrando-se na implementação da fortificação de alimentos como uma estratégia nutricional central. Em 2018, as partes interessadas, lideradas pela *National Nutrition Agency*¹⁰ (NaNA), a Food and Agriculture Organization (FAO) e a União Europeia (UE) reuniram-se para elaborar os termos de referência do NAFF. As propostas do texto especificam o mandato do NAFF, que inclui advocacia, compartilhamento de informações, coordenação e apoio para a implementação da fortificação de alimentos, entre outras coisas. O NAFF seria presidido por um representante do NaNA , que também abrigaria o secretariado do NAFF. A composição do NAFF, de acordo com os termos de referência, deveria incluir representantes do setor público, incluindo o Gabinete do Vice-Presidente e vários ministérios e agências, e do setor privado, incluindo academia, sociedade civil e indústria.

O principal ator do setor público é o NaNA , que atualmente está trabalhando para o desenvolvimento de padrões eficazes de fortificação de alimentos e capacidade de implementação no país.

Embora o cenário da fortificação de alimentos na Gâmbia seja bastante incipiente quando comparado a outros países da África Ocidental, há um interesse considerável do setor público e privado, conforme evidenciado nas estruturas existentes destinadas a promover a fortificação de alimentos. O principal ator do setor público é o NaNA , que atualmente está trabalhando para o desenvolvimento de padrões eficazes de fortificação de alimentos e capacidade de implementação no país. As partes interessadas do setor privado, como Mauro Farms e a Gambia Horticultural Society, também são identificadas como principais partes interessadas, bem como a *National Association of Salt*

¹⁰ Agência Nacional de Nutrição

*Producers and Traders*¹¹ (NaSPaT). O WFP também foi identificado como uma das principais partes interessadas, apoiando os esforços dos setores público e privado, incluindo o apoio a reuniões regulares do NAFF, com início em 2023.

Até agora, existe uma estrutura e uma estrutura para o funcionamento do NAFF e parece haver vontade institucional suficiente para impulsionar a agenda de fortificação, mas os resultados reais ainda não foram vistos, dada a novidade da fortificação de alimentos como uma nutrição chave estratégia na Gâmbia.



2.6- Ghana

A Aliança Nacional de Fortificação de Alimentos (NFFA) em Ghana foi criada em 2002 como uma plataforma do setor público-privado para fortalecer a governança da fortificação de alimentos no país. Seu mandato era promover o desenvolvimento de instrumentos legislativos e regulatórios para a fortificação de alimentos e promover a implementação, promovendo a defesa entre as várias partes interessadas. Foi estabelecido como uma plataforma para construção de consenso, compartilhamento de informações, monitoramento e avaliação, e defesa técnica e política para avançar no curso da fortificação de alimentos como uma intervenção nutricional chave. A estrutura da NFFA é baseada em um MoU assinado por seus membros, adotando a estrutura e o mandato da Aliança.

Cinco subcomitês foram incorporados à estrutura da Aliança: legislação e controle alimentar; comunicação e marketing social; Produção; monitoramento e avaliação; e gerenciamento de projetos. Os membros da Aliança foram distribuídos por esses subcomitês, o que aumentou a participação nas atividades da Aliança. A Aliança foi considerada uma importante plataforma para compartilhamento de informações (maior transparência); apoio mútuo entre as partes interessadas (capacitação e resolução de problemas para enfrentar desafios comuns de fortificação); defesa e promoção de padrões de fortificação.

O NFFA foi ativo e eficaz de várias maneiras. Apoiou o desenvolvimento de uma estratégia de monitoramento para a implementação de padrões de fortificação de alimentos, incluindo o monitoramento da qualidade da pré-mistura, processos de produção de alimentos e distribuição pós-produção. A Alliance também foi proativa na defesa e educação do consumidor sobre a fortificação de alimentos, incluindo a adoção de um logotipo de fortificação de alimentos para a marca de alimentos fortificados em Ghana.

O trabalho da Alliance foi apoiado pelo GAIN, enquanto havia um Comitê Nacional de Iodização do Sal, apoiado principalmente pelo UNICEF. Com o declínio do financiamento dos doadores para essas plataformas, suas atividades também diminuíram, impactando a visibilidade e eficácia dos programas de fortificação de alimentos no país. Em 2022, foi

¹¹ Associação Nacional de Produtores e Comerciantes de Sal

tomada a decisão de fundir as plataformas de Fortificação de Alimentos e Iodização de Sal para criar uma plataforma de fortificação consolidada que promoveria a fortificação de alimentos no país. Este processo contínuo está sendo liderado pelo Departamento de Nutrição do Ministério da Saúde.



2.7- Guiné

Na Guiné, a Aliança Nacional para a Fortificação (ANF) foi criada por Decreto em 2012 com um mandato geral de monitoramento, voltado principalmente para a iodização do sal na época. Em 2013, o *Comité technique multisectoriel de Nutrition*¹² foi estabelecido no Gabinete da Presidência para supervisionar o desenvolvimento e implementação de políticas e programas nacionais de nutrição, incluindo a fortificação de alimentos.

A Aliança é a guardiã do *ENRICH* logotipo e serve como uma plataforma para o envolvimento das partes interessadas e coordenação da implementação e atividades de fortificação. No entanto, existem lacunas de comunicação que dificultam que as partes interessadas encontrem as informações necessárias e se envolvam efetivamente com a Aliança, que contava fortemente com o apoio da HKI. Sem o apoio dos doadores, não está claro se a Aliança conseguiu funcionar de forma eficaz ou reunir-se regularmente – ou irregularmente. No entanto, o período de actividade da Aliança registou algum progresso no avanço da agenda de fortificação, especialmente na criação de uma estrutura para a implementação da fortificação na Guiné, na divulgação de informação sobre fortificação entre as partes interessadas, na promoção da adopção de normas obrigatórias de fortificação para vários veículos alimentares e na construção de a capacidade da indústria para cumprir as normas de fortificação.



2.8- Guiné Bissau

Existe uma Aliança Nacional para a Fortificação de Alimentos na Guiné-Bissau. Esta aliança foi estabelecida em 2012 através de um memorando de entendimento conjunto entre as diferentes partes interessadas. A aliança contribuiu significativamente para a implementação da iodização do sal em grande escala na Guiné-Bissau. A instituição governamental responsável por supervisionar a implementação do programa de fortificação é a Direcção de Nutrição.

A Aliança Nacional para a Fortificação tem colaborado e apoiado a UNICEF desde a sua criação. Mas nos últimos anos, a Aliança não recebeu apoio de parceiros. Com isso, as atividades estagnaram. A Aliança é composta principalmente por associações de monitores de sal iodado e outros produtos. Trabalham em parceria com os Ministérios do Comércio, Saúde, Indústria, Agricultura, Pescas, Finanças e outras entidades envolvidas.

¹² Comité Técnico Multissetorial de Nutrição



2.9- Libéria

A partir de 2006, o Governo da Libéria desenvolveu uma pesquisa abrangente sobre segurança alimentar e nutrição. Isso envolveu o esforço dos Ministérios da Agricultura; Saúde e Previdência Social; Assuntos internos; e Planejamento e Assuntos Económicos, em colaboração com parceiros como o Catholic Relief Services (CRS); a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO); o Project Healthy Children, a United Nations Mission in Liberia (UNMIL); e a Organização Mundial de Saúde (OMS), entre A Pesquisa tem sido uma ferramenta útil para desenvolver a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que reconheceu a fortificação de alimentos como uma intervenção importante para enfrentar alguns dos desafios nutricionais no país.

Em 2010, o Governo da Libéria firmou um Memorando de Entendimento (MoU) com o Project Healthy Children (PHC), uma organização não governamental sediada nos Estados Unidos, para desenvolver um programa nacional de fortificação de alimentos. Um resultado importante do programa foi o estabelecimento de uma Aliança Nacional de Fortificação (NFA), que foi criada em 2012, com o Ministério da Saúde e Bem-Estar Social como agência “doméstica”. A NFA foi criada para servir como “o fórum para gerar orientação política e coordenar todas as atividades relacionadas à fortificação de alimentos na Libéria” . Sua associação incluía e estava aberta a partes interessadas do setor público e privado no espaço de fortificação de alimentos, como o Ministério da Saúde e Bem-Estar Social; Ministério das Finanças (Alfândegas); Ministério do Comércio e Indústria; Ministro da Agricultura; Ministério da Informação; Ministério da Administração Interna; Ministro da Justiça; sociedade civil; e o setor privado. O presidente e o vice-presidente da Alliance poderiam ser de qualquer uma das instituições ou categorias membros, mas o secretário deveria ser da agência de origem.

As áreas focais das atividades da Aliança foram identificadas como: produção e distribuição; política e legislação; segurança e qualidade; marketing social, monitoramento, avaliação e avaliação de impacto; gestão do programa e apoio técnico e financeiro. A Alliance também desenvolveu MoUs entre a NFA e as organizações envolvidas no monitoramento e avaliação da fortificação de alimentos, para orientação de técnicos e inspetores.

Em 2013, os padrões nacionais obrigatórios para a fortificação de farinha de trigo, óleo, sal e açúcar foram adotados na Libéria, em conformidade com os padrões da CEDEAO, devido aos esforços feitos pela NFA. Também em 2013, a NFA adotou o logotipo “ *ENRICHED*” derivado do logotipo *ENRICH* , adotado por vários estados francófonos da África Ocidental para endosso em alimentos fortificados. E, em 2017, a NFA lançou um Dia Nacional da Aliança de Fortificação de Alimentos, organizado pelo Ministério do Comércio e Indústria, e fez parceria com a Associação Nacional de Consumidores da Libéria para executar uma campanha de defesa em larga escala em torno da fortificação de alimentos no país. Em 2019, a Aliança anunciou que estava trabalhando com o Ministério da Educação para introduzir a “Nutrição” como disciplina no currículo das escolas liberianas.

A NFA liberiana tem desfrutado de apoio significativo de parceiros como PHC, HKI e muitos outros, e o apoio contínuo fará avançar as já impressionantes estruturas institucionais, processos e instrumentos que foram adotados e administrados pela Aliança.



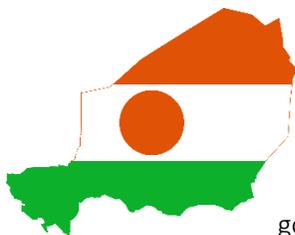
2.10- Mali

Em 2003, o governo do Mali estabeleceu o *Comité Technique de Fortification des Aliments*¹³ em virtude de uma ordem do Primeiro Ministro (Decreto No. 03-550 PM-RM de 30 de dezembro de 2003), feita de acordo com a Declaração de Consenso de Accra de 2002 sobre Public- Diálogo do Setor Privado sobre Fortificação de Alimentos na África Ocidental. A comissão está sediada no Ministério do Comércio e Indústria, e o seu secretariado está na Direcção Nacional da Indústria, cabendo ao Ministério do Comércio e Indústria e ao Ministério da Saúde a execução do Decreto. O comitê tem a responsabilidade principal de implementar o programa de fortificação de alimentos do país.

Os membros do Comitê foram escolhidos entre os setores público e privado, incluindo o Ministério do Comércio e Indústria (que ocupava a Presidência do Comitê); o Ministério do Desenvolvimento Social; o Ministério da Família; o Diretor Nacional da Indústria; o Diretor Nacional de Comércio e Concorrência; o Diretor-Geral de Regulação e Controle do Desenvolvimento Rural Setor; o Diretor do Laboratório Nacional de Saúde; o Diretor do Instituto de Economia Rural; o Diretor da Escola Técnica Agrícola Instituto; a Unidade de Planeamento e Estatística do Ministério da Saúde; a Rede Malinesa de Nutrição; a Câmara de Comércio; a Associação de Empregadores; a Associação de Trabalhadores Comunitários de Saúde e Helen Keller International (HKI), entre outros. A associação não inclui a representação individual das partes interessadas da indústria, como moinhos de farinha, moinhos de óleo e importadores.

O Plano de Ação Nacional Multissetorial para a Nutrição reconhece a importância da fortificação para enfrentar os desafios nutricionais críticos, como a deficiência de ferro entre mulheres e crianças, e destaca os benefícios para o setor público em cumprir com importantes metas e padrões de nutrição, inclusive para fortificação. Finalmente, o Plano observa o papel das parcerias dos setores público-privado no avanço da agenda nutricional e na consecução de objetivos importantes. Embora o governo do Mali tenha demonstrado interesse em promover a fortificação de alimentos e construir as estruturas adequadas para promover a agenda de fortificação, há poucas informações sobre a situação e as atividades do Comitê Técnico de Fortificação de Alimentos.

¹³ Comité Técnico de Fortificação de Alimentos



2.11- Niger

O Governo do Níger reconheceu a fortificação como uma atividade estratégica importante para enfrentar os desafios nutricionais no país. Para este fim, o governo criou o *Comité Technique National sur l'Enrichissement Alimentaire*¹⁴ em 2003 pelos Decretos Número 2 e 3, como uma plataforma do setor público-privado para o avanço da fortificação de alimentos no país como parte da estratégia de nutrição do país. O Comitê Técnico parece ser a versão provisória do país da Aliança Nacional de Fortificação de Alimentos, também conhecida como a *Aliança Nacional para a Fortificação de Alimentos* (ANFA), e o entendimento é que haverá um Decreto subsequente para estabelecer formalmente uma Aliança, talvez com uma estrutura institucional e mandato mais robustos.

O Comitê Técnico é estabelecido sob a Diretoria de Nutrição do Ministério da Saúde Pública, apoiado pela *Haut Commission l'Initiative 3N* (HC3N), uma iniciativa multissetorial do Governo do Níger para enfrentar a insegurança alimentar no país, incentivando avanços na produção de alimentos. O objetivo é reunir as principais instituições do setor público, setor privado (indústria, advocacia e pesquisa) e parceiros de desenvolvimento com impacto na fortificação de alimentos.

Em 2018, a robusta Aliança não havia sido formada e o Comitê Técnico permanecia estagnado, sem recursos financeiros alocados e com uma estrutura institucional vaga.



2.12- Nigéria

A Aliança Nacional para a Fortificação foi criada em 2007 para coordenar a implementação da fortificação de alimentos na Nigéria, dado o sucesso de uma força-tarefa semelhante que foi fundamental na implementação da iniciativa de iodização do sal do país (a Força-Tarefa USI-IDD). A Aliança Nacional para a Fortificação foi criada por um Memorando de Entendimento entre as partes interessadas na fortificação de alimentos para reunir organizações dos setores público e privado para o avanço da fortificação de alimentos nacionalmente. A Presidência da Aliança era exercida pela Comissão Nacional de Planejamento, e os membros da Aliança incluíam a *National Planning Commission*¹⁵ (NPC); a *Standards Organization of Nigeria*¹⁶ (SON); a *National Agency for Food and Drugs Administration and Control*¹⁷ (NAFDAC); o *Federal Ministry of*

¹⁴ Comité Técnico Nacional para fortificação de Alimentos

¹⁵ Comissão Nacional de Planejamento

¹⁶ Organização de Padrões da Nigéria

¹⁷ Agência Nacional de Administração e Controle de Alimentos e Medicamentos

*Health*¹⁸ (FMOH); o *Federal Ministry of Industry, Trade and Investments*¹⁹ (FMITI); representantes da Indústria (Setor Privado); doadores e parceiros; e academia. A Aliança serve como uma plataforma útil para o planejamento de atividades de implementação de fortificações; explorar novos veículos alimentares e métodos de fortificação; compartilhamento de dados e desafios de conformidade de fortificação; e buscar maneiras eficazes de melhorar a implementação da fortificação de alimentos.

Na NFA, o monitoramento da fortificação foi delineado entre as agências reguladoras do setor público, com tarefas específicas de monitoramento atribuídas a cada agência. A SON era responsável pelo monitoramento e inspeções na fábrica; A NAFDAC era responsável pelo monitoramento e inspeção no varejo ou no mercado, enquanto a *National Public Health Care and Development Agency*²⁰ (NPHCDA) era responsável pelo monitoramento e inspeção no nível do consumidor/doméstico. Com o estabelecimento de uma *Federal Competition and Consumer Protection Commission*²¹ (FCCPC) em 2018, essa agência foi designada como a agência responsável pelo monitoramento e fiscalização no nível do consumidor/família. Em 2010, a NFA encomendou a produção de um manual harmonizado para monitorar e fazer cumprir os padrões e regulamentos de fortificação na Nigéria. Parceiros como o GAIN também apoiaram atividades de monitoramento; pesquisas nacionais de fortificação de alimentos; capacitação e treinamento; e pesquisa e desenvolvimento para promover a fortificação de alimentos.

A NFA é atualmente presidida pelo setor privado e a SON ocupa a vice-presidência da Aliança, enquanto a NAFDAC é o secretariado da Aliança. As reuniões são realizadas semestralmente, e recentemente houve considerações sobre a revisão do status da Aliança para garantir maior autonomia e sustentabilidade. A NFA continua a ser um componente essencial da implementação da fortificação na Nigéria como uma plataforma para todas as partes interessadas em todos os setores se envolverem em seu impacto e interesses na fortificação.



2.13- Senegal

O *Comite Senegalaise pour la Fortification des Aliments en Micronutriments*²² (COSFAM) é um subcomitê do *Conseil National de Developpement de la Nutrition*²³ (CNDN), criado em 2001 para supervisionar o desenvolvimento e a implementação da política nacional de nutrição. A CNDN está situada no

Gabinete do Primeiro-Ministro e é chefiada pelo Director de Gabinete. Possui um escritório de execução nacional e escritórios de execução regionais para supervisionar a execução de políticas nos níveis nacional e comunitário, apoiando 18 agências executoras comunitárias, que são ONGs que implementam programas diretos e impactantes de nutrição. O Conselho é composto por 12 ministérios técnicos chave, como saúde, agricultura, educação,

¹⁸ Ministério Federal da Saúde

¹⁹ Ministério Federal da Indústria, Comércio e Investimentos

²⁰ Agência Nacional de Saúde Pública e Desenvolvimento

²¹ Comissão Federal de Concorrência e Proteção ao Consumidor

²² Comitê Senegalês para a Fortificação de Alimentos em Micronutrientes

²³ Conselho Nacional de Desenvolvimento da Nutrição

comércio, indústria e outros, um representante da sociedade civil e um representante das autoridades locais. Este é o nível mais alto de tomada de decisão sobre nutrição em nível nacional.

O COSFAM foi instituído pelo Despacho n.º 001717, de 10 de Março de 2006, do Primeiro-Ministro para a coordenação e promoção da implementação de fortificações no Senegal. A associação ao COSFAM inclui doadores e parceiros como HKI, o Instituto de Tecnologia de Alimentos, a antiga Iniciativa de Micronutrientes da Nutrição Internacional, Indústria, Associações de Consumidores, bem como as principais partes interessadas do governo. O COSFAM supervisionou projetos e programas para promover a fortificação de alimentos no Senegal, como o Programa de Reforço da Fortificação (PRF), que visa a implementação de padrões de fortificação, particularmente em relação à fortificação de óleo e farinha por meio do monitoramento de conformidade; capacitação; desenvolvimento de sistemas de garantia de qualidade; distribuição de produtos fortificados; e marketing social e comunicação.

O COSFAM esteve envolvido em vários projetos e atividades importantes de fortificação de alimentos desde a sua criação, incluindo a promoção da fortificação de óleo vegetal e farinha de trigo no Senegal, a administração de pesquisas para determinar o impacto da fortificação de alimentos no país, assistência técnica e capacitação para processadores de alimentos para apoiar a fortificação eficaz, assistência técnica a instituições do setor público (Departamento de Comércio Interno) para monitorar a conformidade com a fortificação de alimentos, produção de materiais de defesa e sensibilização para melhorar o conhecimento sobre fortificação entre os consumidores, produção de diretrizes e manuais para promover e sustentar boas práticas na implementação de fortificações, e outros.



2.14- Sierra Leone

A Aliança Nacional de Fortificação de Alimentos (NFFA) no Governo de Serra Leoa foi criada em 2010 para promover a fortificação de alimentos como uma importante intervenção nutricional. Esperava-se que a Aliança apoiasse e conduzisse particularmente uma campanha de mobilização social para garantir a disseminação do conhecimento e compreensão da importância da fortificação de alimentos.

A Aliança pretendia servir como uma das várias intervenções nutricionais para promover a fortificação de acordo com os padrões e decisões da CEDEAO. No entanto, o Plano de Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2016 aponta para a necessidade de o Ministério da Saúde e Serviços Sociais “advogar pela formalização de uma aliança ativa de fortificação nacional”. Posteriormente, o governo anunciou que apresentaria um documento do gabinete ao parlamento para facilitar a formação da Aliança Nacional de Fortificação de Alimentos.

Há informações limitadas sobre o status atual, composição e atividades da NFFA.



2.15- Togo

O Governo do Togo criou o *Comité National pour la Fortification des Aliments*²⁴ (CNFA) em 2009 como um comité multissetorial sob a coordenação do Ministério da Saúde. Serve como plataforma para convocar representantes de Ministérios e diversos órgãos públicos, representantes da sociedade civil, representantes da academia e representantes das indústrias relevantes. Seu principal objetivo é planejar e apoiar a implementação de programas e projetos de fortificação de alimentos no país.

Um estudo de julho de 2021 observou que o Comitê não se reúne regularmente devido à falta de fundos, resultando em baixa motivação entre os membros para se engajar produtivamente no espaço de fortificação.

2.16- CEDEAO

Uma aliança regional de fortificação foi introduzida na África Ocidental em 2007, após o segundo diálogo sobre parcerias público-privadas para fortificação de alimentos. Enquanto o primeiro Diálogo estimulou o estabelecimento de alianças nacionais em toda a região, o evento seguinte concentrou-se na criação de uma aliança regional de fortificação, compreendendo parceiros técnicos como OOAS, HKI, UNICEF, GAIN, MI, UEMOA e associações de produtores como Associação dos Industriais do Setor Oleaginoso. A aliança regional para a fortificação, como era conhecida, não permaneceu funcional por muito tempo, mas sua existência tem sido reconhecida como requisito fundamental para impulsionar o trabalho das alianças nacionais e, conseqüentemente, a causa da fortificação em toda a região.

²⁴ Comité National para a Fortificação de Alimentos

3.0- UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA DE LSFF POR MEIO DE ALIANÇAS DO SETOR PÚBLICO-PRIVADO NA ÁFRICA OCIDENTAL

3.1- Partes interessadas

TABELA 1: AS PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS NO ESPAÇO LSFF SÃO AS SEGUINTES

Setor público	Setor privado	Doadores e Parceiros
Ministério da Saúde	Associação da Indústria Petrolífera	WHO
Ministério do Comércio e Indústria/Ministério do Comércio	Associação da Indústria de Farinha	PMA
Ministro da Agricultura	Associação da Indústria do Sal	CRS
Ministro da Educação	Associação da Indústria do Açúcar	USAID
Ministério da Informação	Sociedade civil e grupos de defesa do consumidor	Nutrition International (anteriormente Micronutrients Initiative)
Ministério das Finanças	Associação de Jornalistas de Nutrição	UNICEF
Escritório/Agência de Padrões	Laboratórios Privados	HKI
Autoridade de Alimentos e Medicamentos	consumidores	GRET
Alfândega	Academia*	GAIN
Laboratórios Públicos	Fornecedores e Produtores de Premix	FAO
Agência Pública de Defesa do Consumidor	Associações de Importação e Exportação	

As partes interessadas **do setor público** estão principalmente envolvidas na definição de padrões de fortificação; monitoramento e fiscalização para garantir o cumprimento das normas; fornecimento de assistência técnica a partes interessadas do setor privado; e defesa e sensibilização para educar várias partes interessadas do setor privado sobre os padrões existentes e sobre a importância da fortificação.

Do setor privado, em particular as indústrias de alimentos, estão diretamente envolvidas na produção, marca e distribuição de produtos alimentícios fortificados de qualidade que

cumprem os padrões regulamentares. Eles estão envolvidos no apoio ao estabelecimento de padrões de fortificação (através de consultas); conformidade com os padrões de fortificação; marketing para transmitir os benefícios da fortificação; relatórios sobre o estado da fortificação; conduzir pesquisas sobre métodos novos e existentes de fortificação; e oferecendo serviços para facilitar a implementação do LSFF. O setor privado garante procedimentos operacionais padrão eficazes, sistemas de controle e garantia de qualidade e sistemas de manutenção de registros para promover a fortificação eficaz de alimentos. O setor privado também está envolvido na produção e distribuição de pré-misturas, dispositivos analíticos e instalação de equipamentos de fortificação de alimentos para fortificação, bem como no apoio à comercialização comercial de alimentos fortificados.

Os doadores e os parceiros de desenvolvimento, incluindo a Fundação Bill & Melinda Gates e a USAID, financiaram organizações técnicas internacionais para apoiar os esforços de fortificação alimentar na África Ocidental, fornecendo recursos e conhecimentos para o reforço de capacidades, a sensibilização e a investigação.

Doadores e parceiros de desenvolvimento são atores muito importantes no espaço de fortificação, como muitos dos programas de fortificação na África Ocidental. Doadores como a *Bill & Melinda Gates*, USAID, Governo de Taiwan, Michael e Suzan Dell Foundation e outros financiaram organizações técnicas internacionais como Helen Keller International, Nutrition International, UNFAO, UNICEF, Catholic Relief Services, GAIN, Technoserve e outras para apoiar os governos nacionais no avanço da fortificação de alimentos na África Ocidental. Muitas dessas partes interessadas, incluindo projetos específicos como o avanço da Nutrição da USAID, têm atuado na estrutura formal de governança da fortificação. Por exemplo, Helen Keller International está listada como membro da Aliança de Fortificação ou do Comitê Técnico em alguns países da África Ocidental. Eles fornecem recursos técnicos e financeiros para avançar na

implementação da fortificação de alimentos, incluindo; financiamento para iniciativas LSFF; capacitação para as partes interessadas dos setores público e privado; advocacia e sensibilização; e pesquisa e desenvolvimento.

Diante do exposto, cada parte interessada tem um papel importante a desempenhar no ecossistema de fortificação de alimentos, e o entendimento adequado do papel de cada parte interessada promoverá maior transparência e responsabilidade. Uma forma de garantir que esses papéis sejam reconhecidos, compreendidos e cumpridos tem sido a criação dessas alianças de parceria público-privadas que reúnem todas as partes interessadas em uma plataforma com o objetivo comum de avançar na implementação do LSFF para contribuir para reduzir e prevenir a alta carga das deficiências de micronutrientes na África Ocidental.

3.2- Processos Estruturados para o Estabelecimento de Alianças Nacionais para a Fortificação de Alimentos na África Ocidental

Em toda a África Ocidental, os governos nacionais incorporaram a fortificação em suas políticas e planos estratégicos de nutrição. Portanto, é um componente importante da política. Além disso, existem mandatos legais para fortificação em toda a região, tornando-

o um importante assunto regulatório com força de autoridade sobre as ações das partes interessadas. Em vários países, a autoridade administrativa também foi incorporada ao estabelecimento de alianças de fortificação, que são estabelecidas por ordens ministeriais, leis ou decretos como parte da estrutura de governança para fortificação, introduzindo assim uma estrutura institucional politicamente sancionada com partes interessadas do setor público e privado.

Nos estados francófonos da África Ocidental, as alianças nacionais de fortificação são estabelecidas em virtude de ordens ministeriais ou interministeriais, atos ou decretos que são instrumentos do estado, enquanto nos estados anglófonos as alianças são estabelecidas principalmente por um memorando de entendimento, que fornece a base institucional para o estabelecimento da aliança, mas não é um instrumento juridicamente vinculativo. Enquanto as ordens, atos ou decretos ministeriais são suficientemente abrangentes para cobrir detalhes sobre a composição, administração e objetivos das alianças nacionais para a fortificação de alimentos, na ausência de tais ordens, os termos de referência para o funcionamento da aliança são elaborados pelas partes interessadas que então assumem a responsabilidade pelos detalhes institucionais.

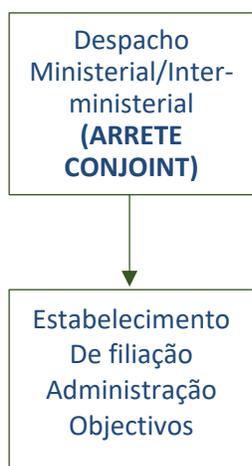


FIGURA 4:
ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO FRANCÓFONA

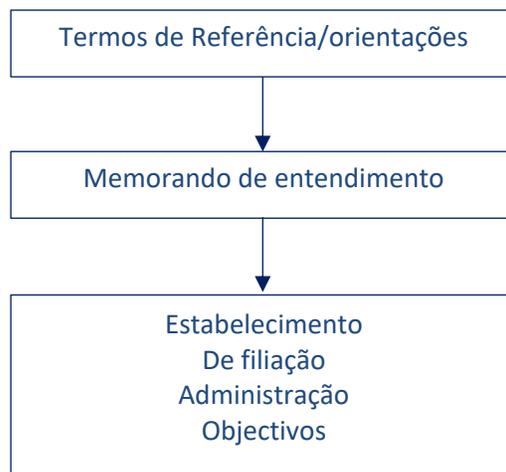


FIGURA 5: ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO ANGLÓFONA

Existem vantagens e desvantagens em cada um desses processos estruturais. Uma estrutura formal e politicamente sancionada com os detalhes descritos no corpo de um instrumento do estado fornece uma estrutura institucional distinta com uma base de autoridade, e tais instrumentos podem ser facilmente consultados consultando os registros do governo. As ordens governamentais formais são geralmente publicadas no jornal oficial do governo. No entanto, isso não é flexível o suficiente para que os membros modifiquem conforme a necessidade, especialmente em um ambiente onde os recursos públicos podem não ser suficientes para sustentar tais estruturas. Conseqüentemente, as ordens interministeriais que estabelecem as alianças tiveram que ser revogadas por outras subsequentes que estabelecem novas estruturas em países como Burkina Faso e Côte d'Ivoire. Por fim, é importante observar que, embora um instrumento juridicamente

vinculativo forneça um nível de segurança institucional, ele também pode endossar dinâmicas de poder que colocam os membros do governo em vantagem sobre outras partes interessadas.

No caso de memorandos de entendimento e termos de referência, um grande desafio é a acessibilidade. Esses documentos não fazem parte do registro público e não podem ser acessados facilmente nem mesmo por membros da aliança. No entanto, existe um nível de flexibilidade que permite aos membros moldar e modificar seus termos de referência conforme julgarem adequado. Além disso, a estrutura mais flexível pode ser passível de intervenção dos membros, especialmente onde a propriedade da instituição é generalizada. Onde os termos de referência são desenvolvidos de forma colaborativa, os membros podem estar mais inclinados a se envolver e participar, bem como definir os termos para contribuir com seus recursos para as operações da aliança.

Dada a experiência dos estados da África Ocidental, o estabelecimento de alianças de fortificação de parcerias público-privadas foi um primeiro passo para o desenvolvimento de um mecanismo ativo para coordenar e promover a implementação da fortificação de alimentos. Quer a estrutura institucional tenha sido estabelecida por meio de uma ordem governamental ou de um memorando, o esforço para formar essas plataformas úteis tem sido produtivo, especialmente devido à necessidade de definir e fortalecer os processos de implementação da fortificação de alimentos.

Os processos envolvidos na implementação do LSFF são definidos pelas funções das partes interessadas. Conforme descrito acima, diferentes categorias de partes interessadas desempenham papéis diferentes no avanço da implementação do LSFF. Consequentemente, a aliança fornece um mecanismo para consolidar essas funções em um esforço coletivo que visa melhorar a implementação coordenada e a responsabilidade mútua. Os instrumentos que estabelecem as alianças e os termos de referência que descrevem as condições para o seu funcionamento funcional costumam indicar os objetivos das alianças, que podem ser categorizados amplamente com base na natureza do objeto ou intervenção. Na tabela abaixo, os objetivos das alianças são categorizados de acordo com o quadro de análise de dados, situando-os no quadro regulamentar que abrange os papéis dos atores dos setores público e privado, bem como doadores e parceiros.

(Os detalhes das funções e objetivos de algumas das alianças nacionais discutidas neste estudo estão contidos no Apêndice 2)

TABELA 2: CLASSIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS DAS ALIANÇAS

Coordenação e planejamento estratégico e implementação (Consulta entre as partes interessadas)	Estabelecer um ambiente favorável por meio da definição de padrões e da aplicação da conformidade. (Comunicação de normas e questões regulatórias)	Coordenação e planejamento estratégico e implementação (Consulta entre as partes interessadas)
- promover a coordenação e monitoramento de programas e projetos de fortificação de alimentos	- apoiar o setor privado na garantia de qualidade e certificação de alimentos fortificados.	

<p>- preparar e adotar medidas políticas, legislativas e regulamentares para a implementação da fortificação de alimentos.</p> <p>- promover e implementar atividades de pesquisa para o desenvolvimento de iniciativas de fortificação de alimentos.</p> <p>- solicitar e manter compromisso político e apoio para a fortificação de alimentos nos mais altos níveis de governo.</p> <p>- garantir que todas as partes interessadas sejam informadas da existência de desenvolvimentos na implementação da fortificação de alimentos</p>	<p>- promover e implementar a defesa e sensibilização dos padrões existentes entre os consumidores</p> <p>- desenvolver e implementar estratégias de marketing e comunicação social para a fortificação de alimentos entre todas as partes interessadas em todos os níveis.</p> <p>- avaliar o controle de qualidade e a conformidade dos produtos com os padrões de fortificação desde o processo de produção até o consumo</p>	<p>- desenvolver métodos inovadores de monitoramento e avaliação para garantir a conformidade com os padrões de fortificação de alimentos</p>
<p>Mobilizar o financiamento necessário para o sustento da Aliança.</p>		

3.3- Coordenação e planejamento estratégico e implementação de fortificação de alimentos. Configuração padrão

As Alianças são responsáveis por coordenar os esforços das partes interessadas dos setores público e privado para planejar e implementar iniciativas de fortificação de alimentos em larga escala em nível nacional. Eles geralmente se reúnem a cada trimestre para refletir e deliberar sobre a implementação da estratégia nacional de fortificação de alimentos, desafios, oportunidades e responsabilidade mútua pela eficácia. As estratégias de fortificação geralmente cobrem cinco áreas principais de componentes:

- Construção e coordenação de parcerias
- Habilitando o ambiente por meio da imposição de padrões e conformidade
- Produção e distribuição de alimentos fortificados
- Marketing Social e Comunicação
- Monitoramento, avaliação e aprendizado nas quatro áreas prioritárias acima.

Embora as partes interessadas do setor público estejam no centro da maioria dos objetivos e processos resultantes no sistema regulatório de fortificação, a eficácia e o sucesso exigem o envolvimento de várias partes interessadas nos processos e em toda a cadeia de valor da fortificação. Portanto, como mencionado acima, todas as partes interessadas fazem parte dos processos consultivos, de comunicação e colaborativos, onde identificam seus vários interesses e objetivos e os canalizam para uma agenda abrangente, transparente e eficaz de fortificação de alimentos. Por exemplo, na maioria dos estados da África Ocidental, o órgão de definição de normas é um ator do setor público, mas o processo de definição de normas envolve consultas detalhadas com várias partes interessadas nos setores público e privado, independentemente do status do órgão de definição de normas.

3.3.1- Configuração padrão do setor público

Na Nigéria, a Organização de Padrões da Nigéria (SON) é uma agência do governo federal, estabelecida por lei em 1970. A Organização está vinculada ao Ministério Federal da Indústria, Comércio e Investimentos (FMITI) e tem o poder de adotar padrões para o avanço da economia nacional. A Seção 23 da Lei SON de 2015 prevê o procedimento de definição de padrões, que envolve consultas obrigatórias com as partes interessadas. Essas partes interessadas farão parte do comitê responsável por deliberar e elaborar as normas propostas e reportar ao Conselho de Administração da Organização. Apesar de a Organização ser um órgão governamental, ela tem a obrigação de incluir as partes interessadas, inclusive do setor privado, nesse importante processo de tomada de decisões. Conseqüentemente, a SON possui um procedimento formal de consulta para normatização que está incorporado ao seu processo regulatório.

3.3.2- Configuração padrão do setor privado

Na Côte d'Ivoire, a organização de padronização, CODINORM, é uma organização privada autônoma com algum grau de envolvimento do setor público, semelhante à AFNORM na França. A CODINORM tem um conselho que inclui representantes do setor público e alguns de seus funcionários são do setor público. O Governo da Côte d'Ivoire é responsável por uma percentagem do orçamento da Organização e, embora não faça parte de nenhum Ministério ou agência governamental, a CODINORM está sob a “tutela” do Ministério do Comércio e Indústria. A CODINORM tem poderes do Governo da Côte d'Ivoire para definir padrões, fazer cumprir os padrões e representar a Côte d'Ivoire na padronização internacional. Enquanto o CODINORM define os padrões da indústria, o governo da Côte d'Ivoire torna alguns padrões obrigatórios e promulga leis que capacitam o CODINORM a avaliar padrões e emitir marcas e certificados. Ao estabelecer padrões, o CODINORM garante uma ampla consulta às partes interessadas dos setores público e privado.

3.3.3- Estabelecer um ambiente favorável por meio da definição de padrões e aplicação de conformidade

A Aliança desempenha um papel crítico de supervisão na criação de um ambiente favorável por meio da definição de padrões e aplicação de conformidade em nível nacional. As alianças nacionais garantem o



Consultores LSFF no escritório de padrões da Côte d'Ivoire

estabelecimento de comitês técnicos competentes que trabalham com as autoridades reguladoras competentes para estabelecer padrões obrigatórios de fortificação de alimentos e apoiar sua aplicação de conformidade para obter impacto.

A difusão de padrões envolve a comunicação de padrões e todos os assuntos relacionados a padrões às partes interessadas para garantir a disseminação adequada de conhecimento e informações. Isso envolve sensibilização e defesa adequadas, especialmente entre os consumidores para cujo benefício as medidas de fortificação são introduzidas em primeiro lugar. Grupos de defesa do consumidor são partes interessadas essenciais para a difusão de padrões. A Consumer League em Burkina Faso, por exemplo, é uma importante parte interessada no ecossistema de fortificação. É uma organização da sociedade civil que protege os direitos dos consumidores, entre outras coisas, garantindo que os produtos de consumo atendam aos padrões estabelecidos da indústria. Eles são responsáveis por sensibilizar os consumidores sobre os benefícios da fortificação e a necessidade de adquirir produtos fortificados. Podem receber apoio de outras partes interessadas, como o Ministério da Saúde e outros parceiros, para o desempenho de sua função. Na Nigéria, a *Federal Competition and Consumer Protection Commission* (FCCPC), uma agência governamental sob o FMITI, é responsável por proteger os direitos dos consumidores e garantir que os produtos de consumo atendam aos padrões estabelecidos.



Logotipo regional da ENRICH I

A certificação e a aplicação do logotipo também podem ser usadas para melhorar a difusão entre as partes interessadas, identificar alimentos fortificados e aumentar a conscientização sobre a fortificação. Na África Ocidental, o logotipo *ENRICH I* foi introduzido como um logotipo regional para marcar, identificar e divulgar produtos alimentícios fortificados. Embora tenha sido inicialmente adotado por países francófonos, membros da União Econômica e Monetária da África Ocidental (WAEMU), também foi adotado por países como Cabo Verde, Gâmbia, Libéria e Serra Leoa em um esforço para expandir a fortificação regional agenda e garantir que o comércio intrarregional esteja centrado na promoção de um logotipo comum para identificar alimentos fortificados na África Ocidental. Com o logotipo *ENRICH I* atualmente registrado e administrado pela associação industrial (AIFO-UEMOA-CEDEAO), seria fundamental garantir a gestão conjunta do logotipo pelas alianças nacionais para enriquecimento de alimentos e associações industriais do setor privado.

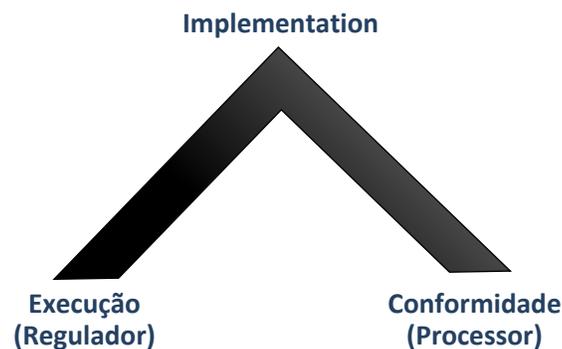
Campanhas de comunicação e marketing de mídia social também são úteis para a difusão de padrões, pois usam plataformas comunitárias para envolver o público e divulgar informações de forma rápida e ampla. Poucos países da África Ocidental desenvolveram campanhas de comunicação abrangentes para fortificação, mas houve alguns esforços entre as partes interessadas dos setores público e privado, bem como doadores e parceiros. Por exemplo, a Libéria lançou um Dia Nacional da Aliança para

a Fortificação de Alimentos em 2017. O Ministério do Comércio e Indústria também lançou uma campanha de defesa para aumentar a conscientização sobre a fortificação de alimentos.

A difusão pode ser aprimorada por meio de canais de comunicação abertos e transparentes, como as alianças de fortificação, onde todas as partes interessadas são representadas e seus interesses são levados em consideração. A comunicação entre as partes interessadas garantirá que o conhecimento e as informações sobre os padrões de fortificação sejam oportunos e seu uso seja eficaz.

3.4- Reforço de capacidades, monitorização, avaliação e aprendizagem.

Identificar, priorizar e reforçar a capacidade contínua das instituições representadas nas alianças de parceria público-privadas é fundamental para o sucesso contínuo das iniciativas de fortificação de alimentos em larga escala.



A definição de padrões, que inclui processos de revisão de padrões, pode ocorrer periodicamente para garantir que os padrões permaneçam eficazes. Mas a difusão e implementação padrão devem ser sustentadas e consistentes com o reforço da capacidade das instituições reguladoras para que as partes interessadas permaneçam responsáveis e comprometidas com a agenda de fortificação. As organizações da sociedade civil, incluindo a mídia, ligas de consumidores e agências de comunicação, exigem reforço contínuo da capacidade para entender a importância da nutrição, fortificação de alimentos e como criar efetivamente conscientização e sensibilização por meio de mensagens apropriadas e compartilhamento de informações sobre fortificação de alimentos. A implementação de padrões e cumprimento de conformidade envolve autoridades de fiscalização do setor público e auto-regulação pelas indústrias para conformidade, portanto, deve haver um envolvimento constante entre o setor público e o setor privado para garantir que o cumprimento e a fiscalização sejam mutuamente reforçados com o fortalecimento da capacidade necessária no controle de qualidade e sistemas de garantia, bem como capacidade laboratorial para testar micronutrientes em alimentos fortificados.

A implementação dos padrões requer recursos significativos para as partes interessadas que devem desenvolver processos técnicos para incorporar a fortificação em seus

processos de produção (para as partes interessadas da indústria) e para examinar os níveis de adesão (para os reguladores). Como a fortificação envolve a compra de uma pré-mistura fortificante e a inclusão dos requisitos de dosagem na linha de processamento, ela requer capacidade e esforço adicionais para os processadores de alimentos. Também requer equipamentos de laboratório e reagentes químicos para processadores e reguladores para verificar se os micronutrientes em alimentos fortificados atendem aos padrões regulamentares obrigatórios.

A Aliança Ganesa para a Fortificação desenvolveu uma estratégia de monitorização que inclui o inventário do mercado, a garantia da qualidade da pré-mistura, a monitorização interna e externa e a colaboração entre reguladores e processadores para garantir o cumprimento e a transparência dos esforços de fortificação.

Além dessa infraestrutura tangível necessária, existe uma importante infraestrutura intangível que fundamenta a implementação: capacidade de confiança, transparência e comunicação. A Ghanaian Fortification Alliance desenvolveu uma estratégia de monitoramento para melhorar a implementação da fortificação, e a estratégia identificou várias características de um sistema regulatório de monitoramento: inventário de mercado; garantia de qualidade pré-mistura; monitoramento interno; e monitoramento externo. Estes envolvem diferentes níveis de interface e compartilhamento de informações entre reguladores e processadores. Por exemplo, o monitoramento interno envolve as medidas de Garantia e Controle de Qualidade (QAQC) adotadas na fábrica durante o processamento de alimentos. Os processadores devem acompanhar essas medidas, incluindo a

compra da qualidade e quantidade corretas de pré-mistura, manuseando e armazenando a pré-mistura adequadamente, verificando a dosagem para garantir que seja precisa, armazenando o produto fortificado adequadamente e preparando-o para distribuição. O monitoramento externo envolve, entre outras coisas, a revisão dos reguladores do processo de monitoramento interno. Isso também envolve auditoria de registros de compra e inventários para garantir que a quantidade certa de pré-mistura seja comprada e a dose certa seja fornecida. Há muitas informações a serem passadas entre as partes interessadas durante a implementação e, como tal, a colaboração é essencial para garantir um processo tranquilo e produtivo. A conformidade dos alimentos fortificados importados que devem ser fortificados sob a legislação obrigatória também deve atender aos padrões obrigatórios e a alfândega deve ser capacitada para um controle transparente e aplicação de fiscalizações de conformidade desprovidas de qualquer fraude por parte dos importadores.

Na Nigéria, a regulamentação está espalhada e delineada entre as indústrias para garantir que haja envolvimento direcionado em toda a cadeia de valor da fortificação, desde a fábrica até o mercado e a residência. A National Fortification Alliance introduziu um sistema de monitoramento multinível onde a SON monitora a conformidade nas fábricas; A NAFDAC monitora a conformidade dos alimentos disponíveis nos mercados; e o FCCPC monitora a conformidade dos alimentos no nível doméstico. Essa delineação informal forma a base para o compartilhamento de informações nas reuniões da NFA, onde os reguladores compartilham dados sobre os resultados do monitoramento e os processadores expressam suas preocupações. É também um fórum para sugestões de

melhoria de processos, especialmente para difusão de normas e implementação de compliance.

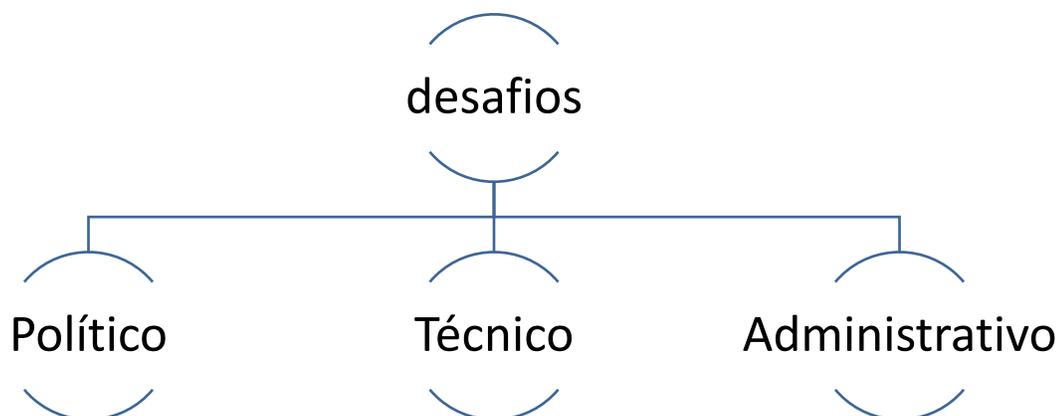


Equipa do projecto LSFF com a Aliança Nacional de Fortificação do Burkina Faso

Em muitos países da África Ocidental, ainda existem lacunas nos processos de implementação entre as partes interessadas. Por exemplo, em Burkina Faso, funcionários alfandegários foram treinados para monitorar a conformidade com a iodação do sal para importações, mas não houve treinamento e compartilhamento de informações suficientes sobre a fortificação de vitamina A em óleo e ferro e fortificação de ácido fólico em farinha, portanto, há monitoramento lacunas. Além disso, com várias agências tendo mandatos semelhantes e sobrepostos, há clareza limitada em muitos países quanto à especialização em funções de monitoramento de conformidade.

Existem processos formais e informais envolvidos na governança e parcerias. Como mostrado acima, os aspectos formais são definidos em planos estratégicos, leis e termos de referência, enquanto os aspectos informais são deixados para as partes interessadas definirem com base em suas experiências. A National Fortification Alliance é uma plataforma importante para definir esses processos e garantir que as partes interessadas permaneçam engajadas enquanto desempenham seus respectivos papéis no avanço da fortificação de alimentos. Estes também devem ser complementados e alinhados com modalidades claramente definidas para fazer cumprir os padrões pelas instituições reguladoras competentes nos países, evitando a duplicação, reforçando a capacidade de sinergia transparente pelas partes interessadas.

4.0- DESAFIOS



No decorrer deste estudo, pediu-se a várias partes interessadas em diferentes países que identificassem os desafios enfrentados com a implementação da fortificação de alimentos e com o estabelecimento ou manutenção de uma aliança nacional de fortificação de alimentos. Adicionalmente, as observações feitas ao longo do estudo revelaram alguns desafios que podem não ter sido expressamente identificados pelas partes interessadas. A maioria dos países parecia enfrentar desafios semelhantes na implementação da fortificação, que incluíam:

- capacidade limitada para implementar padrões de fortificação de alimentos;
- falta de informação sobre desenvolvimentos na implementação de fortificações;
- baixa coordenação entre as partes interessadas, para desafios de fortificação,
- dormência das alianças de fortificação (sem informações, sem recursos);
- baixo comprometimento e motivação para sustentar uma aliança

Abaixo, os desafios da fortificação são explicados, usando exemplos da África Ocidental, e o papel das alianças para lidar com tais desafios é identificado. Depois de identificada a importância das alianças, serão observados e explicados os desafios da construção de alianças eficazes.

4.1- Capacidade Limitada (Desafio Técnico)

Conforme observado acima, a implementação da fortificação envolve investimento em recursos por atores do setor público e privado. Esses investimentos foram apoiados por doadores e parceiros em muitos países da África Ocidental. Por exemplo, o projeto Fortify West Africa que se seguiu espalhar a palavra 'Huile A' iniciativa Africa de l'Ouest, apoiada em grande parte pela USAID, Fundação Michael e Suzan Dell, *Bill & Melinda Gates* através da GAIN e o Governo de Taiwan, que foi implementada através da Helen Keller



Visita à fábrica produtora de farinha de trigo fortificada.

International, investiu um valor estimado de mais de dez milhões de dólares nos estados membros da CEDEAO entre 2007 e 2016 para fortalecer a adoção da fortificação de alimentos pelos setores público e privado. Em 2017, a *Bill & Melinda Gates* investiu US\$ 10 milhões no projeto Fortalecendo Processadores Africanos de Alimentos Fortificados (SAPFF) implementado por meio do Techno serve em três países africanos, incluindo, para fortalecer a capacidade dos processadores de alimentos nigerianos de fortificar seus produtos.

As intervenções dos doadores têm sido fundamentais para o avanço da fortificação de alimentos na África

Ocidental e os investimentos domésticos necessários não foram consolidados. No entanto, é importante observar que, sob a legislação obrigatória na maioria dos países da África Ocidental, o setor privado é o maior investidor na aquisição de pré-misturas de micronutrientes e na implementação dos sistemas operacionais necessários com equipamentos e sistemas de controle e garantia de qualidade para promover a fortificação de alimentos na África Ocidental. Estima-se que a fortificação de alimentos custe entre US\$ 0,05 e US\$ 0,25 por pessoa por ano, um custo relativamente mínimo, especialmente

As intervenções dos doadores têm sido cruciais para a fortificação dos alimentos na África Ocidental, mas faltam investimentos nacionais. O sector privado, apesar de ser o maior investidor, enfrenta um apoio limitado do sector público, o que leva a uma falta de confiança nos sistemas reguladores e a uma manutenção insuficiente do equipamento e dos kits de teste.

considerando os ganhos calculados de aproximadamente US\$ 16 a US\$ 32 para cada dólar gasto em fortificação. No entanto, os governos e reguladores não foram rápidos em fazer os investimentos relevantes para aumentar a capacidade de alavancar o financiamento de doadores e do setor privado para a implementação da fortificação de alimentos. O investimento do setor público permaneceu baixo nos países da África Ocidental. Em alguns países, os doadores apoiaram a compra de aparelhos de teste, como o kit de teste rápido iCheck, fabricado pela BioAnalyt, empresa sediada na Alemanha, além de aparelhos analíticos mais sofisticados, como espectrofotômetros de absorção atômica (AAS) e cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC) para análise quantitativa de minerais e vitaminas em alimentos fortificados por laboratórios de saúde pública e algumas indústrias. No entanto, quando esses equipamentos e kits de testes analíticos rápidos apresentam

mau funcionamento, eles não são reparados ou substituídos devido ao custo envolvido na compra de novos e ao custo dos reagentes químicos necessários para executar os testes, todos considerados proibitivos por algumas partes interessadas. Portanto, uma vez que os

projetos dos doadores terminam, há uma propriedade limitada do setor público sobre os investimentos em fortificação e desencorajamento por parte das indústrias do setor privado que não confiam nos sistemas de aplicação regulatória do setor público.²⁵

In addition to the financial capacity required to be invested in fortification implementation, continuous training and knowledge building is also very important to ensure that the requisite technical know-how and skills are available in the private and public sector. While training programs have been introduced, attrition and inter-departmental exchanges across public sector institutions, for instance, leads to loss of knowledge over time, acquired during fortification training. Therefore, there must be institutional commitment for continuous capacity reinforcement and investment in fortification implementation and this requires political commitment and motivation.

4.2- Compromisso e Motivação Política (para fortificação e aliança) (Desafio Político)

Durante uma reunião no laboratório público LANEMA na *Côte d'Ivoire*, um técnico explicou que, embora o laboratório tenha instalações para testes de fortificação, elas não são suficientemente utilizadas. Portanto, mesmo onde havia capacidade disponível para apoiar a implementação da fortificação, o envolvimento era limitado. Isso ilustra um desafio maior de diminuir o compromisso político ou a fadiga dos formuladores de políticas para a fortificação de alimentos como um método crítico para lidar com as deficiências de micronutrientes. A implementação técnica é impulsionada pela capacidade que, por sua vez, é impulsionada pelo investimento, que é determinado pelo nível de compromisso político associado a uma questão específica.

O compromisso político deve permanecer consistente para que tenha impacto. Embora as alianças estabelecidas e o estabelecimento de padrões tenham fornecido a base para a implementação da fortificação na África Ocidental, o compromisso contínuo e sustentado com a implementação diminuiu com o tempo e não foi tão duradouro. Enquanto 12 de 15 e 14 de 15 países da África Ocidental introduziram regulamentos obrigatórios para fortificação de óleo e farinha, respectivamente, até 2015, houve investimento limitado no fortalecimento da capacidade das partes interessadas do setor público para fazer cumprir essas medidas. A fortificação de alimentos é uma das várias medidas destinadas a abordar MNDs e parece que não foi sustentada e consolidada no setor público em relação a outras intervenções de saúde pública. Na virada do século, a introdução de Dias Nacionais de Micronutrientes e Semanas de Saúde Infantil em toda a África, apoiados pelo governo e parceiros, levou a uma melhor suplementação de Vitamina A até 2010. Isso envolve visibilidade para as partes interessadas envolvidas em campanhas de suplementação, em oposição à implementação de fortificação, que acontece como parte do processo produtivo interno de produção de alimentos e análise laboratorial a portas fechadas pelos reguladores. Portanto, o compromisso deve ir além da visibilidade do projeto para uma motivação genuína nos setores público e privado para adotar a fortificação de alimentos como a medida custo-efetiva em larga escala que provou ser.

²⁵ In interviews with the Ministry of Commerce in Côte d'Ivoire, non-functional iCheck devices were displayed

Consequentemente, além dos conselhos de nutrição multissetoriais que foram introduzidos em toda a África Ocidental, deve haver uma plataforma multissetorial direcionada dedicada ao avanço da fortificação, incluindo a estimulação do compromisso público com o avanço da fortificação por meio de estratégias consistentes e duradouras. engajamento e investimento institucional.

4.3- Falta de Informação sobre Alianças (Desafio Técnico e Administrativo)

Durante a primeira década dos anos 2000, foram estabelecidas alianças de fortificação em toda a África Ocidental, com apoio significativo de doadores e parceiros. O objetivo dessas alianças era promover a agenda de fortificação, incluindo planejamento estratégico, definição de padrões, difusão e implementação dentro e entre os estados. Após a criação dessas alianças, sua administração foi misturada em toda a região. Em alguns países, como Serra Leoa, não está claro se a aliança decolou. Em Ghana, uma aliança particularmente ativa tornou-se inativa com a retirada do apoio dos doadores, juntamente com o atrito no departamento de coordenação do governo. Na Nigéria, existe uma aliança ativa apoiada pela GAIN, mas que, desde 2021, trabalha para fortalecer sua estrutura de governança e garantir sua utilidade para as partes interessadas em toda a cadeia de valor da fortificação.

Em muitos países, as informações sobre o status das alianças não são facilmente acessíveis, principalmente porque elas se tornaram inativas. Embora as partes interessadas reconheçam a importância de ter uma aliança, nem sempre têm clareza sobre os termos de referência da aliança em seu país. Isso ocorre especialmente em países onde a aliança é formada por meio de um memorando de associação ou outro processo não vinculativo. Além disso, existem múltiplas plataformas para nutrição e fortificação, e a iodização do sal foi operada sob uma estrutura distinta da agenda mais ampla de fortificação que veio depois em muitos países da África Ocidental, descentralizando ainda mais as operações e parcerias de fortificação. Isso dificulta a identificação e o envolvimento com a aliança, especialmente para as partes interessadas que são novas na fortificação ou que precisam de informações sobre o sistema nacional de fortificação.

Este estudo é o primeiro estudo abrangente de alianças de fortificação como mecanismos de parceria público-privada para o avanço da fortificação na África Ocidental. Ele compila informações sobre o estabelecimento, objetivos, atividades e status das alianças de fortificação nos estados membros da CEDEAO e analisa o cenário para sua eficácia. A ausência desse tipo de informação tornou difícil acompanhar ou apoiar o progresso da aliança de fortificação, apesar de sua importância percebida para o avanço do planejamento, coordenação, implementação, avaliação e aprendizado bem-sucedidos da fortificação de alimentos na região da África Ocidental.

4.4- Sustentabilidade (Desafio Administrativo)

Um dos principais desafios identificados como um impedimento para o sucesso das alianças de fortificação na região é a falta de planos e estruturas de sustentabilidade para garantir sua existência contínua. O estabelecimento de alianças de fortificação foi promovido sob os auspícios do Consenso de Accra, que foi o resultado do primeiro Diálogo

Regional Público-Privado sobre Fortificação de Alimentos na África Ocidental, realizado em Accra, Ghana, em outubro de 2002, conduzido por Helen Keller International e a então Micronutrient Initiative (MI) através da OOAS. A HKI apoiou vários países no estabelecimento de suas alianças de fortificação após o Diálogo. Por exemplo, o HKI apoiou o estabelecimento de uma Força-Tarefa Nacional para Fortificação de Alimentos com Micronutrientes no Mali, que posteriormente se tornaria o Comitê Técnico de Fortificação de Alimentos, estabelecido por Decreto. Em países como Burkina Faso e Níger, onde as plataformas de fortificação de alimentos com várias partes interessadas na forma de comitês técnicos foram estabelecidas antes do Diálogo, elas foram fortalecidas posteriormente.

Entre 2002 e 2012, foram criadas alianças nacionais de fortificação em vários Estados membros da CEDEAO, desempenhando um papel na introdução de normas obrigatórias, advocacia e sensibilização. No entanto, a sua sustentabilidade tem sido inconsistente devido ao financiamento limitado do governo, resultando no adormecimento de muitas alianças.

Entre 2002 e 2012, pelo menos 10 alianças nacionais de fortificação foram estabelecidas nos estados membros da CEDEAO por meio de ordens formais juridicamente vinculativas ou instrumentos não vinculativos. Esses comitês técnicos e alianças foram incluídos nos conselhos nacionais de nutrição mais amplos ou estabelecidos como plataformas distintas com uma agenda específica para promover a fortificação no país. Algumas das alianças permaneceram ativas por um tempo e foram fundamentais para a introdução de padrões obrigatórios de fortificação em seus estados, por exemplo, em Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Senegal e Libéria. Eles também têm atuado na defesa e sensibilização, como o Fortification Alliance Days institucional, endossando e administrando o logotipo da fortificação e executando ações de marketing social e

comunicação da fortificação para educar os consumidores sobre os benefícios da fortificação. No entanto, seu envolvimento na implementação da fortificação tem sido bastante inconsistente em termos de sustentabilidade, talvez considerando os requisitos de recursos para sustentar um sistema construtivo de suporte à implementação. Foi relatado que, além do COSFAM, Senegal, nenhuma outra aliança nacional de fortificação recebe financiamento específico do governo. Portanto, muitas dessas alianças ficaram inativas, sem recursos para realizar reuniões regulares, exceto quando os recursos de doadores são fornecidos, como no caso de Burkina Faso e Nigéria, e enquanto algumas puderam realizar reuniões virtuais durante a pandemia do COVID, a participação também diminuiu ao longo dos anos.

Recentemente, houve esforços para reviver as alianças de fortificação em alguns países, às vezes com o estabelecimento de entidades totalmente novas para substituir as antigas. Isso aconteceu na Côte d'Ivoire com a substituição da ANF pela ANEA em 2018 e a substituição do Comitê em Burkina Faso pela ANF em 2014. Também em Ghana, esforços estão em andamento para fundir o Comitê de Iodização do Sal com o Comitê de Alimentos Fortification Alliance para formar um órgão abrangente que cobriria todas as formas de fortificação, incluindo a iodização do sal. Esses esforços incluem planos para o estabelecimento dos órgãos e a elaboração de objetivos e processos, mas também devem haver planos claros para garantir a sustentabilidade das alianças por meio de receitas

confiáveis e garantidas para apoiar os processos administrativos e técnicos. Caso contrário, as alianças farão progressos em atividades singulares, como a promoção de padrões obrigatórios de fortificação, mas diminuirão em áreas que requerem atenção e investimento sustentados, como a implementação de vários padrões e a coordenação geral das atividades das partes interessadas. Houve alguma deliberação sobre como as alianças nacionais poderiam administrar o logotipo *ENRICH* para gerar pagamento anual pelo setor privado sobre o uso do logotipo com recursos dedicados ao financiamento da coordenação e atividades das alianças de fortificação além do apoio dos doadores.

Na próxima seção, uma análise SWOT ilustrará as principais áreas e oportunidades de intervenção.

5.0- ANÁLISE SWOT

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Existência de estruturas institucionais para aliança de fortificação• Existência de estruturas e ferramentas para implementação de fortificação• Existência de quadro regional para fortificação	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade limitada para implementação de fortificações• Má coordenação entre as partes interessadas• Compromisso limitado com a fortificação como uma intervenção crítica que requer investimento crítico	<ul style="list-style-type: none">• Interesse renovado na nutrição como uma estratégia chave de desenvolvimento (por exemplo: 2022, Ano da Nutrição da União Africana)• Novas tecnologias e veículos alimentares sendo descobertos para facilitar e melhorar a implementação da fortificação• Interesse renovado na nutrição como uma estratégia chave de desenvolvimento (por exemplo: 2022, Ano da Nutrição da União Africana)• Novas tecnologias e veículos alimentares sendo descobertos para facilitar e melhorar a implementação da fortificação	<ul style="list-style-type: none">• Insegurança em partes da região• Crise econômica em alguns estados

5.1- Forças

Nas últimas duas décadas, houve um envolvimento sustentado na fortificação de alimentos na África Ocidental, mas houve flutuações com base em preocupações de segurança, incluindo golpes militares e conflitos civis e crises naturais, como a epidemia de Ebola em 2014 e a COVID-19 em 2020. pandemia. Isso levou à instabilidade na entrega da implementação da fortificação, mas não limpou completamente a lousa. Nos níveis regional e nacional, foram criadas estruturas para promover a implementação da fortificação por meio de plataformas com várias partes interessadas. Essas plataformas nem sempre foram muito ativas, mas na maioria dos casos, um trabalho significativo foi feito para definir sua estrutura por meio da adoção de termos de referência detalhados ou disposições legislativas. Embora muitas das plataformas tenham se tornado inativas ao longo dos anos, suas estruturas permaneceram intactas, com objetivos claramente definidos para que as partes interessadas tenham uma base sobre a qual construir, em vez de começar do zero. Isso é importante porque o processo de obtenção de apoio político para adotar uma ordem interministerial e a burocracia necessária para aprovar tais instrumentos podem ser uma perda de tempo em um momento em que as oportunidades estão maduras. Portanto, ter a estrutura básica em vigor é importante para que as partes interessadas contornem os impedimentos burocráticos e políticos.

Além das alianças de fortificação estabelecidas nos países da África Ocidental, existem padrões e mecanismos de implementação para o avanço da fortificação de alimentos. Partes interessadas específicas foram identificadas nos setores público e privado e seus papéis foram definidos. Agências de padronização, agências de administração de alimentos, grupos de defesa do consumidor, processadores de alimentos e fornecedores de pré-misturas têm um papel a desempenhar na implementação da fortificação de alimentos. Nos países da África Ocidental onde a fortificação de alimentos foi introduzida

como uma estratégia para lidar com MNDs, foram estabelecidos padrões para fortificação obrigatória e, mais ainda, onde uma aliança de fortificação foi estabelecida, as partes interessadas foram sistematicamente identificadas. Portanto, existe um entendimento básico do papel dos diferentes interessados, mesmo que a implementação não tenha sido estruturada e coordenada para eficácia em alguns países. Isso significa que a infraestrutura básica para a implementação está pronta e, em vez de gastar recursos estabelecendo estruturas institucionais, qualquer intervenção neste momento será direcionada para definir e delinear papéis e fortalecer a capacidade coordenada, economizando tempo e recursos.

A CEDEAO fornece um amplo quadro geral para a intervenção de fortificação, ao nível da intervenção da política de saúde através da Organização de Saúde da África Ocidental (OOAS) e ao nível da facilitação do comércio regional através da Comissão da CEDEAO. A OOAS trabalha com os estados membros para orientar políticas e intervenções de saúde e, por meio da Assembléia de Ministros da Saúde, pode promover a priorização de estratégias como a fortificação de alimentos. Na 7ª Assembleia dos Ministros da Saúde em Julho de 2006, os Ministros da Saúde dos Estados Membros da CEDEAO adoptaram uma resolução sobre a harmonização das políticas comerciais, alfandegárias e fiscais para a fortificação obrigatória de produtos alimentares nos estados da CEDEAO. A Direção da Indústria da Comissão da CEDEAO hospeda o Modelo de Harmonização de Padrões da CEDEAO (ECOSHAM), que compreende uma estrutura abrangente para o desenvolvimento de padrões regionais para adoção nos estados membros. O ECOSHAM tem sido usado para conduzir a adoção de padrões regionais para a fortificação de farinha, sal e óleo comestível, e forneceu uma plataforma para discussões sobre a possibilidade de fortificação de caldos nos estados da CEDEAO. A estrutura da CEDEAO tem sido fundamental para a adoção de padrões obrigatórios de fortificação nos estados da CEDEAO e continua a fornecer uma plataforma para o avanço da fortificação em nível regional por meio de intervenções de saúde e comércio.

Pontos fortes adicionais incluem: a associação industrial existente para indústrias de óleo vegetal e uma estabelecida para indústrias de moagem de farinha, embora inativas, que estão comprometidas com a fortificação como pré-condição para associação e continuam comprometidas em garantir a fortificação eficaz com sistemas de controle interno para conformidade com os padrões; ferramentas estabelecidas desenvolvidas para sistemas de garantia de qualidade com comitês técnicos para harmonização de padrões; e um logotipo harmonizado para marcar alimentos fortificados e facilitar o comércio intra-regional e a economia de escala para indústrias em conformidade com os padrões harmonizados de fortificação de alimentos.

Esses pontos fortes revelam uma sólida base fundamental para buscar a fortificação de alimentos por meio de estruturas institucionais estabelecidas nos níveis nacional e regional.

5.2- Fraquezas

Apesar da existência de estruturas institucionais para o avanço da fortificação de alimentos na África Ocidental, existem certas fragilidades que impedem a implementação dos

padrões de fortificação. Estes incluem capacidade sustentável limitada para implementação de fortificação; má coordenação entre as partes interessadas; e incentivos fiscais limitados e alocação de recursos para fortificação como uma intervenção crítica que requer investimento crítico.

A capacidade sustentada tangível e intangível para a implementação da fortificação é limitada nos estados da África Ocidental. As partes interessadas do setor público e privado precisam de assistência para desenvolver sua capacidade de adotar medidas efetivas de cumprimento e cumprimento. Até agora, esta capacidade tem faltado em muitos países da África Ocidental, e este é um grande desafio identificado pelas partes interessadas em todos os países visitados para este estudo. As partes interessadas expressaram a necessidade de treinamento técnico e equipamentos nos níveis nacional e subnacional, nos portos e mercados e entre as partes interessadas dos setores público e privado. A existência de equipamento técnico e experiência para coletar e analisar dados de fortificação também é fundamental para melhorar a implementação, bem como para garantir a definição de padrões eficientes e eficazes. Portanto, os recursos devem ser disponibilizados para construir um ambiente propício para a implementação da fortificação.

Embora as partes interessadas sejam identificadas por meio de mecanismos institucionais de promoção da fortificação de alimentos, como as alianças de fortificação, nem sempre há a coordenação necessária para garantir que elas se complementem no exercício de suas funções. Isso é particularmente importante para maximizar a eficiência e evitar a duplicação, que pode resultar em desperdício em um contexto em que os recursos são limitados. Durante as reuniões em Burkina Faso, não ficou claro qual agência é responsável pela avaliação de mercado da implementação da fortificação, ou melhor, várias partes interessadas estão envolvidas em avaliações em diferentes níveis com competição e duplicação de esforços. Enquanto algumas partes interessadas mencionaram que isso poderia ser a Liga do Consumidor, outros sustentaram que a Liga do Consumidor não tem mandato para “controlar” a implementação da fortificação. Na Côte d'Ivoire, a Direção de Controlo de Qualidade, Ministério do Comércio, é a interface do governo com a CODINORM, e também tem um mandato de inspeção semelhante ao da CODINORM. No entanto, não parece haver um entendimento claro de como cada parte interessada deve exercer seu mandato de forma complementar à do outro. O Programa Nacional de Nutrição (PNN) do Ministério da Saúde também é um ator-chave na implementação da fortificação e serve como secretaria da ANEA e fornece apoio a outras partes interessadas, mas seu papel de coordenação ainda é limitado, pois algumas partes interessadas entrevistadas durante a visita alegou não saber sobre a ANEA. Portanto, deve haver ampla informação sobre as estruturas e plataformas disponíveis para o envolvimento das partes interessadas e isso deve incluir a definição e delineamento de papéis para maior eficácia.

Além disso, as alianças de fortificação ainda não foram alavancadas como uma plataforma de coordenação e apoio mútuo, mas sim como uma ferramenta para controlar o setor privado em um sistema regulatório de cima para baixo que oferece pouco espaço para o diálogo mútuo. Esse defeito estrutural enfraquece o papel da indústria, maior contribuinte técnico e financeiro, na promoção da fortificação de alimentos e os isola das Alianças.

Finalmente, o lugar da fortificação na agenda nacional de nutrição, saúde e desenvolvimento deve ser elevado por meio de engajamento político adequado em nível nacional e regional. Até agora, a fortificação de alimentos é uma pequena parte de uma grande agenda nutricional nos países. Para estados como a Côte d'Ivoire que têm uma estratégia de fortificação, isso está escondido dentro da estratégia de nutrição. A maioria dos estados não tem uma estratégia distinta de fortificação, mas a fortificação é considerada um dos vários métodos para lidar com as doenças mentais e outros desafios nutricionais e de saúde. Deve haver a percepção de que, dada a sua relação custo-eficácia e escala, a fortificação é uma intervenção crítica para fornecer níveis básicos de nutrição para as populações, complementando a necessidade de outras intervenções mais caras. Portanto, o governo deve dar mais atenção à fortificação do que atualmente, o que melhoraria o nível de investimento em difusão e implementação. Até agora, a necessidade crítica de fortificação para enfrentar os desafios nutricionais de longo prazo, como MNDs, não é evidente a partir de seu nível de priorização.

A liderança regional da CEDEAO através da OOAS e da Comissão da CEDEAO na questão da fortificação também foi mínima. A supervisão regional de textos harmonizados não é feita em nível nacional. Uma das consequências desta inadequação é a inexistência de uma Aliança Regional para a Fortificação, que não tem sido apoiada pelas autoridades regionais, ainda que os parceiros técnicos (HKI, UNICEF, NI, etc.) uma plataforma.

5.3- Oportunidades

Resoluções obrigatórias foram aprovadas pela Assembleia de Ministros da Saúde com mais de duas décadas de engajamento contínuo nos níveis nacional e regional para capacitar indústrias e instituições do setor público para promover a fortificação de alimentos na África Ocidental. Padrões obrigatórios foram aprovados e adotados em todos os quinze países membros da CEDEAO, com padrões harmonizados em grande parte nos países francófonos, bem como o logotipo (*ENRICH*) para marcar alimentos fortificados e marketing social e comunicação em torno do logotipo. As associações da indústria também estão comprometidas com a fortificação e os parceiros continuam a galvanizar os esforços para sustentar os esforços na fortificação de alimentos. A Catholic Relief Services, com financiamento da *Bill & Melinda Gates*, tem apoiado ativamente a OOAS para entender as lacunas existentes, incluindo essas avaliações atuais para apoiar parceiros do setor público e instituições regionais a trabalhar para abordar essas lacunas para uma fortificação alimentar mais eficaz. Há um crescente trabalho de parceria para digitalizar os sistemas de monitoramento e rastreamento de dados sobre a aplicação da conformidade e cobertura de alimentos enriquecidos com micronutrientes que podem ser aproveitados para a África Ocidental. A agenda inacabada da fortificação de alimentos em grande escala é uma oportunidade para reenergizar e comprometer-se novamente com a fortificação sustentável de alimentos de forma sustentável para contribuir para causar impacto na prevenção e redução das deficiências de micronutrientes na África Ocidental.

Ao longo da última década, a nutrição também foi elevada como uma intervenção política chave, especialmente devido aos desafios críticos de saúde da última década. A necessidade de fortalecer a imunidade e combater as doenças não transmissíveis, como anemia, obesidade, diabetes e outras, por meio de uma nutrição adequada, não pode ser

superestimada. Portanto, os governos promoveram o ambiente político e os sistemas técnicos para a introdução de intervenções nutricionais. O objetivo três da Agenda 2063 da União Africana é “Cidadãos Saudáveis e Bem Nutridos”, reconhecendo a nutrição como uma agenda de desenvolvimento chave. Em 2021, o governo da Côte d'Ivoire apresentou uma proposta ao Conselho da União Africana para fortalecer as intervenções de nutrição e segurança alimentar no continente. Isso formou a base para a adoção de 2022 como o ano da nutrição, com campanhas de defesa dedicadas para elevar o foco na nutrição, incluindo a melhoria do investimento em nutrição. Esse tipo de atenção de alto nível oferece uma oportunidade para impulsionar a agenda de fortificação de alimentos como uma questão crítica de nutrição, especialmente devido ao foco em intervenções de saúde pública para prevenir doenças não transmissíveis e fortalecer a imunidade das populações para combater doenças transmissíveis.

Além da atenção de alto nível dada à nutrição e à saúde pública, também houve esforços para aprimorar a tecnologia para melhorar as intervenções nutricionais e a implementação da fortificação. Novos veículos alimentares para fortificação foram estudados na última década, incluindo cubos de caldo de carne e arroz, ambos veículos alimentares populares consumidos por uma proporção significativa da população na África Ocidental, criando atenção renovada para as oportunidades crescentes. A ANEA na Côte d'Ivoire foi estabelecida logo após o projeto de fortificação de arroz e está liderando a intervenção de fortificação de arroz naquele país. Em outros países, como Gâmbia, Nigéria e Senegal, foram realizados estudos para examinar a viabilidade da fortificação do arroz como uma nutrição eficaz e intervenção de saúde. Esses desenvolvimentos em pesquisa e tecnologia apresentam oportunidades para conduzir a agenda de fortificação de alimentos nos estados membros da CEDEAO.

Além disso, a CEDEAO possui estruturas sobre regulamentos harmonizados (ECOREG) e modelos de harmonização padrão (ECOSHAM) que podem contribuir para revisões regulares e adoção de padrões sobre fortificação de alimentos. Ferramentas desenvolvidas em sistemas de gestão de qualidade e marketing social na união monetária econômica de língua francesa poderiam ser dimensionadas para a região mais ampla da CEDEAO.

5.4- Ameaças

As principais ameaças às intervenções de fortificação na África Ocidental são crises políticas e econômicas que às vezes levam a conflitos armados. Estes podem interromper diretamente os programas planejados ou podem impedir o planejamento de programas e intervenções. Em 2002, o conflito na Côte d'Ivoire atrasou a convocação do Diálogo do Setor Público Privado sobre Enriquecimento de Alimentos na África Ocidental, que estava programado para acontecer em Abidjan naquele ano. Posteriormente, foi realizada em Accra após atrasos e participação, mesmo de parceiros, foi limitada. Os conflitos armados em Burkina Faso e Mali, bem como no norte da Nigéria, limitam o nível de intervenção possível nessas áreas. Eles também desviam recursos que podem ter sido destinados à nutrição e outras intervenções para lidar com o conflito. Este continua a ser um grande desafio na África Ocidental, onde a incerteza política permanece elevada e o conflito e a instabilidade podem surgir a qualquer momento.

Diante dessa análise, há oportunidades de intervenção para canalizar os pontos fortes, enfrentar os pontos fracos e alavancar oportunidades para o avanço da fortificação. Estes serão abordados na próxima seção.

Given this analysis, there are opportunities for intervention to channel the strengths, tackle the weaknesses and leverage opportunities for the advancement of fortification. These will be addressed in the next section.

6.0- PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

TABELA 3: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Intervenção	Principais Partes Interessadas	Atividades	Prazo
Estabeleça uma Aliança de Fortificação Regional Reviva as Alianças Nacionais de Fortificação (e estabeleça novas quando necessário) Estabeleça uma Aliança de Fortificação Regional	OOAS	Desenvolver os termos de referência para uma aliança regional	Imediato
		Elaborar um memorando de entendimento a ser assinado pelos membros da Aliança	Imediato
		Convocar uma reunião de stakeholders para discutir a proposta de RFA e validar os instrumentos institucionais	Termo médio
Desenvolver uma estratégia de fortificação regional Desenvolver estratégias nacionais de fortificação	Todas as partes interessadas, a serem lideradas pela OOAS e o Ministério convocador da Aliança	Revisão da Estrutura da Aliança (Leis, ToRs , etc.)	Imediato
		Reunião de Partes Interessadas	Termo médio
		Inauguração de Alianças, quando necessário	Termo médio
Estabeleça uma Aliança de Fortificação Regional Reviva as Alianças Nacionais de Fortificação (e estabeleça novas quando necessário)	Todas as partes interessadas, a serem lideradas pela OOAS	Desenvolver, em colaboração com a liderança da Aliança dos Estados Membros, termos de referência para uma aliança regional	Imediato
		Inaugurar aliança de fortificação regional	Termo médio
Estabeleça uma Aliança de Fortificação Regional Desenvolver uma estratégia de fortificação regional	OOAS	Desenvolver, em colaboração com as partes interessadas dos Estados membros, um projeto de estratégia regional de fortificação	Imediato
		Validar e adotar a estratégia de fortificação regional (com o aval da Assembleia de Ministros da Saúde)	Termo médio
Desenvolver estratégias nacionais de fortificação	Todas as partes interessadas, a serem lideradas pela OOAS e pela National Fortification Alliance	Disponibilizar a estratégia de fortificação regional como um guia para o desenvolvimento de estratégias nacionais	Médio-Longo Prazo
Desenvolver uma estratégia de financiamento de fortificação para os Estados Membros	OOAS	Envolver um especialista em financiamento de nutrição para desenvolver uma estratégia de financiamento que possa ser modificada para atender às necessidades específicas dos estados membros	Imediato

O desenvolvimento de uma estratégia regional de fortificação deve abranger as seguintes áreas:

Reforço de capacidade

A estratégia de fortificação deve incorporar um plano de reforço de capacidade abrangente, destinado a fornecer a infra-estrutura tangível e intangível relevante para a implementação eficaz da fortificação por partes interessadas dos setores público e privado. A estratégia deve exigir treinamento periódico para os envolvidos na implementação direta (aplicação e conformidade) dos padrões de fortificação. Também deve fornecer uma estrutura para o desenvolvimento de um sistema de infraestrutura nacional que inclua laboratórios e equipamentos e aparelhos relevantes para apoiar a implementação da fortificação. Isso pode incluir a identificação de uma rede de laboratórios, dispositivos científicos confiáveis e econômicos e sistemas de suporte técnico. Isso garantirá que as partes interessadas tenham acesso a métodos de ponta para fortificar alimentos e monitorar a fortificação, e apoiaria a busca de métodos econômicos para a implementação da fortificação, envolvendo os parceiros e instituições certos. O objetivo do componente de reforço da capacidade da estratégia seria garantir que haja capacidade local efetiva para a implementação da fortificação.

Mecanismos de Coordenação

Uma estratégia de fortificação abrangente deve definir claramente os papéis das partes interessadas e conceber sistemas flexíveis para promover a cooperação, coordenação e responsabilidade mútua entre as partes interessadas. A estratégia de fortificação deve fornecer uma estrutura para promover a coordenação sem necessariamente impor papéis obrigatórios às partes interessadas. Isso foi útil, por exemplo, na experiência nigeriana, onde as partes interessadas concordaram entre si sobre um sistema de relatórios de monitoramento que delineou as funções das agências reguladoras para agilizar o processo regulatório em benefício das partes interessadas do setor público e privado. A estratégia de fortificação deve priorizar a coordenação.

Sistemas de relatórios

A estratégia de fortificação deve adotar sistemas de relatórios para coletar dados de fortificação para rastrear a conformidade da indústria e o alcance do consumidor. Isso é importante para garantir que a fortificação seja eficaz e que as partes interessadas possam identificar lacunas na implementação, as razões dessas lacunas e métodos para resolvê-las. A coordenação adequada pode melhorar os relatórios, portanto, a estratégia deve mostrar a interconectividade dos diferentes componentes da implementação da fortificação. A ausência de dados confiáveis analíticos, de conformidade, cobertura e nutrição relacionados é um desafio em todo o setor, portanto, o sistema de relatórios deve ser construído para cobrir essa lacuna no espaço de fortificação por meio da realização de pesquisas e da coleta de dados técnicos sobre análises laboratoriais e outros processos científicos que medem a conformidade da fortificação por meio de um sistema digitalizado de rastreamento e vigilância. Em resumo, deve haver coleta de dados digitais e sistemas de relatórios para tomada de decisão baseada em evidências em tempo real.

Financiamento de Implementação

Uma parte fundamental da estratégia de fortificação deve ser linhas orçamentárias claras para a implementação da fortificação, o que inclui monitoramento e conformidade, manutenção de

sistemas de dados seguros, pesquisa e desenvolvimento e defesa, entre outras coisas. Os governos devem se comprometer com gastos com fortificação e elaborar estratégias para garantir que os canais de financiamento permaneçam robustos, sustentáveis e estimulados.

Advocacia e Comunicação

Uma estratégia sólida de fortificação deve priorizar a defesa e a comunicação com marketing social sustentável, porque é isso que fortalecerá a agenda política e econômica de estados e corporações, bem como fortalecerá a demanda entre os consumidores. Portanto, a estratégia de fortificação deve incorporar marcos importantes em termos de reconhecimento político de alto nível e endosso da fortificação de alimentos como uma intervenção de saúde crítica com impacto econômico significativo. Também deve haver referências claras para as metas de conscientização do consumidor, como a taxa de demanda por alimentos fortificados e identificação do consumidor com o *ENRICH* harmonizado e logotipos relevantes para a marca de alimentos fortificados na África Ocidental. O sistema de relatórios pode apoiar a coleta de dados relevantes para medir o impacto dos programas e atividades de defesa e comunicação.

A Fortification Alliance monitorará a implementação da estratégia, entre outras coisas e, em particular, desenvolverá uma estrutura clara para a sustentabilidade financeira da aliança por meio de mecanismos sólidos de geração de receita. A seguir estão as maneiras pelas quais a aliança pode gerar receita.

Alocação Orçamentária

Uma forma de garantir financiamento para alianças nacionais de fortificação é por meio de financiamento dedicado por meio dos orçamentos de ministérios e agências da aliança. Isso ilustraria o compromisso do governo com a fortificação e promoveria a causa significativamente por meio de um melhor desempenho das alianças e de seus membros. Lobbying e advocacia eficazes através da CEDEAO (OOAS) e fóruns de parceiros podem promover esta abordagem.

Além disso, uma aliança regional forneceria uma plataforma para entregar alocações dedicadas às respectivas alianças nacionais de fortificação, reunindo recursos de parceiros técnicos⁷.

Taxas de associação

Uma maneira de a Alliance arrecadar fundos é cobrando taxas de associação institucionais e individuais, que viriam com os benefícios da associação. Os níveis de associação, taxas e benefícios podem ser determinados pelos membros da aliança, e o sistema de geração de receita deve ser suficiente para sustentar as atividades da aliança, incluindo as reuniões periódicas.

Registro do logotipo da fortificação

A aliança pode ser a guardiã do logotipo de fortificação em uso no país, e as partes interessadas do setor terão que pagar para usar o logotipo. A implementação deste sistema de pagamento pode ser incorporada a outros sistemas de implementação de fortificação para que os reguladores e outros monitores não dupliquem seus esforços. Embora o registro do logotipo possa ser um amplo sistema administrativo dentro da estratégia de fortificação, os membros da aliança ou a liderança podem criar regras e processos detalhados para sua administração. Os recursos também podem

ser gerados por meio de mecanismos de compartilhamento de custos entre instituições reguladoras cobrando pela análise de alimentos fortificados produzidos localmente e importados e marcados com o logotipo *ENRICH* para garantir que as alianças recebam algum rendimento regular alocado de instituições ou laboratórios que analisam micronutrientes em alimentos fortificados para o setor privado partes interessadas que produzem ou importam alimentos fortificados.

Doadores e Parceiros

A maioria dos fundos usados para sustentar alianças nos países da África Ocidental veio de doadores e parceiros. Este é um dos desafios que tem determinado o destino dessas alianças, que se tornam inoperantes quando cessam os fundos dos doadores. Embora os fundos dos doadores não devam ser a única fonte de fundos para as alianças, eles podem ser uma fonte e devem ser direcionados para objetivos e atividades específicas da aliança. Os doadores também podem ser incentivados a contribuir para um fundo para o funcionamento da aliança, mas isso deve ter objetivos claros, para justificar o financiamento.

Um fundo fiduciário de aliança pode ser a base para membros e parceiros, bem como governos, para contribuir para o funcionamento da aliança, mas o fundo deve ser administrado de forma transparente e deve haver objetivos claros para as contribuições feitas ao fundo.

A sustentabilidade das alianças exigirá múltiplos fluxos de receita, portanto, deve haver planos para gerar receita por meio de vários mecanismos e atividades, garantindo que as alianças gerem os recursos necessários para sustentar sua administração e atividades.

CONCLUSÃO

Começando com a iodização do sal no início da década de 1990, a fortificação de alimentos tornou-se uma intervenção de saúde reconhecida nos países africanos. No início dos anos 2000, a fortificação foi estendida a mais alimentos básicos, como farinha, açúcar e óleos comestíveis, com nutrientes adicionais, como vitamina A, ferro, zinco e ácido fólico. Nos últimos 20 anos, os governos introduziram instrumentos regulatórios relevantes para obrigar a fortificação de alimentos básicos identificados, contando com o apoio de parceiros. Em 2016, quase todos os países da África Ocidental adotaram a fortificação obrigatória da farinha de trigo e do óleo comestível com vários micronutrientes. Como uma estratégia crítica de nutrição, a fortificação envolve várias partes interessadas e requer cooperação e coordenação. Em todos os níveis do processo regulatório, as partes interessadas devem se envolver em uma comunicação aberta e é importante ter uma plataforma para facilitar esses compromissos, que é onde entram as alianças de fortalecimento.

As alianças de fortificação são plataformas de múltiplas partes interessadas para o avanço da implementação da fortificação. Eles fornecem um meio para que as partes interessadas compartilhem informações, discutam suas experiências e desafios na implementação da fortificação, encontrem soluções para problemas comuns de forma colaborativa e promovam um ambiente propício para uma fortificação alimentar eficaz. Para que esses tipos de parcerias público-privadas funcionem, as partes interessadas devem garantir o seguinte:

- Estabelecer uma aliança regional de fortificação como uma plataforma para as partes interessadas apoiarem os esforços nacionais na fortificação de alimentos
- Desenvolver uma estratégia regional de fortificação para orientar os estados no desenvolvimento de estratégias nacionais de fortificação, prevendo o avanço da fortificação por meio da introdução de mecanismos de capacitação; estruturas de coordenação institucional; sistemas de relatórios; estratégia de advocacia e comunicação; e planos de financiamento de implementação
- Orientar o desenvolvimento de estratégias nacionais de fortificação nos estados membros da OOAS
- Revitalizar as alianças nacionais de fortificação nos estados membros da OOAS
- Apoiar o desenvolvimento de uma estrutura de sustentabilidade para alianças nacionais de fortificação, com foco em múltiplos fluxos de receita
- Estabelecer uma aliança de fortificação regional para orientar os interesses e engajamentos das partes interessadas regionais
- Desenvolver uma estratégia de financiamento de fortificação que apoiará os estados membros da CEDEAO na implementação de suas estratégias de fortificação.

A nutrição tem sido reconhecida como uma questão multissetorial que atravessa diversos setores da vida social, política e econômica. Também envolve várias partes interessadas que impactam e são impactadas pelos programas de nutrição; conseqüentemente, deve haver oportunidades para que essas partes interessadas se reúnam e se engajem para compartilhar informações, experiências e recursos para o avanço da fortificação de alimentos. As parcerias público-privadas fornecem um mecanismo importante para cumprir a promessa de envolvimento de várias partes interessadas. Em particular, as alianças de fortificação têm sido críticas para o estabelecimento de tais plataformas e têm avançado no estabelecimento de padrões de fortificação e, até certo ponto, na difusão de padrões. Embora tenha havido progresso na implementação de padrões em alguns países da África Ocidental, isso tem sido lento e difícil devido a vários desafios, incluindo lacunas de capacidade, baixa priorização de fortificação, coordenação

limitada entre as partes interessadas e estratégias de comunicação deficientes. Esses não são impedimentos intransponíveis, e parcerias público-privadas vibrantes por meio de alianças de fortificação ajudariam muito a resolvê-los.

Apêndice 1: Alianças de Fortificação na África Ocidental

País	Aliança de Fortificação	data estabelecida	Natureza do Estabelecimento	Corpo de Supervisão de Nutrição
Benin	Commission Béninoise de Fortification des Aliments - CBFA	2009		Conseil de alimentation et de la nutrition (CAN) (Conselho de Alimentação e Nutrição) estabelecido pela Ordem Executiva nº 2009-245 de junho de 2009
Burkina Faso	Comité de Pilotage des Programmes et Projets d'Enrichissement d'Aliments en Micronutriments	2002	Decreto nº 2.014-587 de 24 de junho de 2014	
	Alliance Nationale pour la Fortification (ANF)	2014		
Cabo verde	NDA		Ordem Interministerial	CONNAPE (ex-CNN)
Côte d'Ivoire	Alliance Nationale pour la Fortification (ANF)	2006	Despacho nº 602/PM/CAB de 02 de novembro de 2018	
	Alliance Nationale pour la Enrichissement d'Aliments en Cote d'Ivoire (ANEA)	2018	Decreto nº 2.014-587 de 24 de junho de 2014	
Gâmbia	National Alliance for Food Fortification (NAFF)	2018	National Nutrition Council (Conselho Nacional de Nutrição)	National Nutrition Council (Conselho

				Nacional de Nutrição)
Ghana	National Food Fortification Alliance (NFFA)	2023		
Guiné	Alliance Nationale pour la Fortification (ANF)	2012*	Despacho A/2012n083/MSPH/PME/MEF/SGG de 19 de julho de 2012	
	Comité technique multisectoriel de Nutrition	2013		Comitê técnico multissetorial de Nutrição (Gabinete da Presidência)
Guiné Bissau	National Alliance for Food Fortification			
Libéria	National Fortification Alliance (NFA)	2012	Termos de Referência para o Estabelecimento de uma Aliança Nacional de Fortificação para a Libéria de acordo com um Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde e Bem-Estar Social (MoHSW) e o Projeto Crianças Saudáveis (PHC)	
Mali	Comite Technique de Fortification des Aliments	2003	Decreto nº 03-550 PM-RM de 30 de dezembro de 2003	
Níger	l'Alliance Nationale pour la Fortification des Aliments (ANFA) – estabelecido como “Comité National sur l'Enrichissement Alimentaire”	2003	Despacho 2 e 3 de Janeiro de 2003 que institui o Comité Nacional de Enriquecimento Alimentar no Níger	
Nigéria	National Fortification Alliance	2007	Ministério da Saúde	National Council on Nutrition
Senegal	Comite Senegalese pour la Fortification des Aliments en	2006	Despacho nº 001717 de 10 de março de 2006	Conseil National de Developpement

	la Micronutriments (COSFAM)			<i>de la Nutrition</i> (CNDN)
Serra Leoa	National Alliance for Food Fortification (NAFF)	2010		
Togo	Comité National pour la Fortification des Aliments (CNFA)	2009	portaria interministerial n0127 de 30 de julho de 2009	
CEDEAO	Aliança Regional para o Enriquecimento de Alimentos	2007	Diálogo do Setor Público-Privado sobre Fortificação de Alimentos na África Ocidental	

Apêndice 2: As Funções e Objetivos das Alianças Nacionais de Fortificação

País	Objetivos da Aliança
Burkina Faso	<p>A Aliança Nacional para o Enriquecimento de Alimentos (ANF-BF) é responsável pela coordenação e monitoramento de programas e projetos de fortificação de alimentos com micronutrientes (vitamina A, ferro, iodo, zinco, ácido fólico, selênio,...). Estes são para :</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. criar condições favoráveis para um diálogo público/setor privado para a implementação da fortificação alimentar com micronutrientes. 2. Criar e manter o compromisso político dos decisores governamentais, industriais e parceiros de desenvolvimento para garantir o apoio institucional, material e financeiro necessário para garantir a sustentabilidade da estratégia de fortificação alimentar. 3. Desenvolver planos de ação e mecanismos para mobilizar o financiamento necessário para sua implementação. 4. Apoiar a implementação desta estratégia, particularmente em seus seguintes componentes <ul style="list-style-type: none"> - preparar e adotar medidas legislativas e regulamentares que assegurem uma boa proteção ao consumidor e garantam a competitividade das indústrias no processo de fortificação de alimentos. - apoiar o setor privado na garantia de qualidade e certificação de alimentos fortificados. - avaliar o controle de qualidade e a conformidade dos produtos com os padrões de qualidade, segurança sanitária e nutricional exigidos durante o processo de produção e colocação no mercado pelas estruturas autorizadas. - desenvolver, implementar e avaliar atividades de marketing e mobilização social que devem acompanhar as atividades de fortificação de micronutrientes em todos os níveis. - desenvolver e implementar um plano de pesquisa, monitoramento e avaliação das atividades de fortificação de micronutrientes. <p>(Artigo 2)</p>
Gâmbia	<p>A National Alliance for Food Fortification (NAFF) da Gâmbia é uma equipe colaborativa multissetorial público-privada responsável pelo seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das atividades do programa a partir das estratégias das instituições parceiras. 2. Defender o compromisso político dos formuladores de políticas governamentais, indústria e parceiros de desenvolvimento para garantir o apoio desejável para a sustentabilidade do programa nacional de fortificação de alimentos. 3. Defender a criação de um ambiente propício para a fortificação e biofortificação de alimentos 4. Desenvolver planos de ação e estratégias para mobilização de recursos necessários para a implementação de atividades de fortificação de alimentos.

	<ol style="list-style-type: none"> 5. Facilitar a adoção de medidas legislativas e regulatórias que assegurem uma boa proteção ao consumidor e, ao mesmo tempo, garantir a competitividade das indústrias na fortificação de alimentos. 6. Facilitar o desenvolvimento, implementação e avaliação de atividades de comunicação e mobilização para mudança social e comportamental para acompanhar a fortificação e biofortificação de alimentos. 7. Facilitar o desenvolvimento e implementação de planos de pesquisa e monitoramento e avaliação de atividades de fortificação e biofortificação de alimentos. 8. Além de fornecer orientação estratégica e servir como órgão de governo do programa, o NAFF é especificamente responsável por: <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a comunicação entre público, privado e sociedade civil sobre fortificação, biofortificação e outras iniciativas de nutrição • Fornecer um fórum para o desenvolvimento de verdadeiras parcerias e discussões abertas, particularmente em relação aos programas de fortificação e biofortificação e mudanças e integração de estratégias nacionais existentes relacionadas a Deficiências de Micronutrientes. • Enfrentar os desafios à medida que surgem em cada etapa dos programas de fortificação e biofortificação. • Facilitar a conformidade eficaz e sustentável com as metas do programa 9. Atuar como vigilante para garantir a implementação dos programas de Fortificação e Biofortificação de Alimentos através das instituições competentes. <p>(Termos de Referência para a National Alliance for Food Fortification (NAFF))</p>
Ghana	<ol style="list-style-type: none"> i) desenvolver um plano estratégico nacional de fortificação ii) desenvolver padrões apropriados iii) abordar questões legislativas e de execução iv) engajar-se na defesa e construção de consenso com o governo e as indústrias de alimentos. v) atuar como grupo de pressão nos níveis de decisão política e administrativa vi) sensibilizar os consumidores vii) acompanhar a execução do programa e analisar a informação das diferentes unidades operacionais vii) coordenar as atividades chave dos vários setores e unidades operacionais envolvidas no processo de fortificação
Guiné	<p>o Assegurar o planeamento, execução, monitorização e avaliação das actividades do programa de fortificação alimentar na Guiné;</p> <p>o Criar as condições mais favoráveis para um diálogo permanente e construtivo entre os atores interessados dos setores público e privado para a realização diligente e concertada da fortificação alimentar em micronutrientes;</p> <p>o Gerar e manter o compromisso político dos tomadores de decisão do governo, indústria e parceiros de desenvolvimento para garantir o apoio</p>

	<p>institucional, material e financeiro necessário para garantir a sustentabilidade da estratégia nacional de fortificação de alimentos;</p> <p>o Desenvolver planos de ação e mecanismos de mobilização dos fundos necessários à sua implementação;</p> <p>o Apoiar a implementação desta estratégia, particularmente nas suas seguintes componentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e adoção de medidas legislativas e regulamentares que assegurem a boa defesa do consumidor e garantam a competitividade das indústrias no processo de fortificação de alimentos; - Apoiar o setor privado na garantia de qualidade e certificação de alimentos fortificados; - Avaliação do controlo de qualidade e da conformidade dos produtos com os padrões de qualidade, segurança sanitária e nutricional exigidos durante a produção e sua comercialização pelas estruturas autorizadas; - Desenvolvimento, implementação e avaliação de atividades de marketing e mobilização social que devem acompanhar as atividades de fortificação de micronutrientes em todos os níveis; - Desenvolvimento e implementação de um plano de pesquisa, monitoramento e avaliação das atividades de fortificação de micronutrientes. <p>o Definir os critérios e condições para concessão da logomarca para alimentos fortificados;</p> <p>o Estudar todos os problemas relacionados com a fortificação alimentar;</p> <p>o Promover e incentivar o consumo de alimentos ricos ou enriquecidos em micronutrientes;</p> <p>o Coordenar todas as ações relacionadas à nutrição e educação em saúde;</p> <p>o Estabelecer um programa nacional de educação nutricional e sanitária e supervisionar a sua implementação;</p> <p>o Assessorar todos os estudos e pesquisas relacionados à fortificação de alimentos.</p> <p>Estes termos de referência estão sujeitos a alterações à medida que o programa de fortificação na Guiné evolui.</p> <p>(Esboço dos Termos de Referência para a Aliança Guineense para a Fortificação de Alimentos)</p>
<p>Libéria</p>	<p>o identificar novos produtos apropriados para fortificação;</p> <p>o elaborar e adotar padrões de fortificação de alimentos específicos da Libéria usando dados atualizados sobre deficiência e consumo, projetar, adotar e implementar uma estratégia nacional de fortificação de alimentos;</p> <p>o ajudar a desenvolver materiais de educação/advocacy e sensibilizar as partes interessadas para a importância da fortificação de alimentos;</p> <p>o desenvolver, mobilizar recursos e implementar programas específicos de fortificação;</p> <p>o aconselhar sobre regulamentação adequada e ajudar a coordenar a promoção de padrões e medidas de garantia de qualidade;</p> <p>o monitorar esses programas e relatar o desempenho às partes interessadas;</p> <p>o avaliar o impacto da fortificação no estado nutricional da população;</p> <p>o revisar periodicamente os programas de fortificação estabelecidos e ajustar conforme necessário;</p>

	<p>o garantir que a fortificação complementa as iniciativas de nutrição em andamento. (Diretrizes da Aliança Nacional de Fortificação da Libéria)</p>
Mali	<p>O Comitê Técnico de Fortificação de Alimentos é responsável por garantir a implementação do programa nacional de fortificação de alimentos. Como tal, é responsável por garantir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - criar um ambiente propício à fortificação dos alimentos; - a implementação das recomendações resultantes do reunião de Niamey 1999: “Nutrition Focal Points” e da Declaração de Consenso de Accra 2002: “Diálogo Setor Privado-Setor Público sobre Fortificação de Alimentos”; -a implementação do plano de ação para a fortificação de alimentos com micronutrientes; -acompanhamento e coordenação das atividades de fortificação de alimentos com micronutrientes; - dar parecer sobre todas as questões relacionadas com a produção e/ou importação de alimentos fortificados na República do Mali. <p>(Artigo 2)</p>

Apêndice 3: Termos de Referência para a Consultoria em Parcerias Público-Privadas para Implementação da Fortificação de Alimentos

Fundo

A CRS recebeu financiamento da Fundação Bill e Melinda GATE para implementar um projeto regional de fortificação de alimentos em larga escala com foco em Burkina Faso. O principal objetivo deste projeto é expandir e melhorar a fortificação de alimentos em larga escala na África Ocidental para fechar a lacuna de nutrientes para mulheres, meninas e populações vulneráveis. Especificamente, o projeto visa:

1. Identificar lacunas de capacidade existentes para avançar e apoiar LSFF na África Ocidental em geral e Burkina Faso especificamente,
2. Apoiar a capacidade da OOAS de realizar uma avaliação preliminar do estado das alianças nacionais de fortificação de alimentos na África Ocidental para entender melhor sua funcionalidade e processos de institucionalização, e3. Abordar certas deficiências garantindo o desenvolvimento sustentável das capacidades do setor público para a aplicação de políticas e instrumentos legislativos obrigatórios para o cumprimento das normas regulamentares sobre fortificação de alimentos com micronutrientes na África Ocidental. De fato, o fardo da desnutrição continua alto, apesar dos esforços feitos pelos governos e seus parceiros. Na África Ocidental, uma em cada duas mulheres em idade reprodutiva é anêmica com altas deficiências em micronutrientes essenciais (ferro, vitamina A, zinco, ácido fólico e iodo). Há uma alta carga de desnutrição com uma em cada três crianças menores de cinco anos atrofiadas, 15% das crianças nascidas com baixo peso ao nascer e alta dependência de dieta monótona com quase 15% das populações subnutridas e 78% das crianças menores de dois anos que não atingem o mínimo nutricional diversidade imitada pela baixa pontuação mínima de diversidade alimentar entre mulheres e cuidadores. A maioria dos países não possui diretrizes dietéticas baseadas em alimentos e a ingestão de nutrientes entre as populações fica abaixo das expectativas quando comparada às metas para frutas, vegetais, legumes e outros alimentos ricos em micronutrientes.

A África Ocidental fez progressos na fortificação de alimentos, exigindo a adição de ferro e folato à farinha de trigo, vitamina A ao óleo de cozinha e iodo ao sal. Esforços recentes também visam fortificar o cubo de caldo de carne, um condimento usado para preparar alimentos na maioria dos lares. No entanto, existem lacunas potenciais a serem abordadas para garantir a fortificação sustentável de alimentos para controlar e prevenir deficiências de micronutrientes por meio de uma abordagem de sistemas alimentares. Com financiamento do BMGF, o CRS com foco na quarta grande aposta da Estratégia de Nutrição da Fundação busca reforçar a capacidade do setor público como pré-condição para que os programas LSFF sejam direcionados e eficazes enquanto integrados às políticas e estratégias de segurança alimentar e nutricional existentes, bem como como os marcos regulatórios que os acompanham.

Propósito

O objetivo geral desta avaliação é avaliar as capacidades das instituições do setor público na África Ocidental para cumprir suas funções de governança na implementação da fortificação regional de alimentos na África Ocidental de maneira eficaz e sustentável

O Consultor realizará uma análise minuciosa da situação da fortificação de alimentos em larga escala na região da África Ocidental e avaliará as capacidades técnicas das Alianças Nacionais para a Fortificação de Alimentos e da OOAS/CEDEAO para apoiar a implementação de políticas e quadros regionais harmonizados

sobre LSFF na África Ocidental, com um foco particular na capacidade dos países francófonos. A abordagem quantitativa estabelecerá níveis de conhecimento, práticas e habilidades no campo da governança, coordenação estruturada de alianças nacionais, capacidade de instituições governamentais e regionais e atores relevantes do setor público nos países membros da CEDEAO, Ministério da saúde de Burkina Faso e a OOAS para promover a fortificação de alimentos em grande escala na África Ocidental.

A abordagem qualitativa esclarecerá a complexidade e diversidade de percepções e práticas ligadas à capacidade de coordenação efetiva das alianças nacionais de parcerias público-privadas, governança da fortificação de alimentos, marketing social, bem como os desafios que minam o setor de fortificação de alimentos; o objetivo é entender as lacunas e necessidades de capacidade do setor público

Consultor Individual: Avaliando as Capacidades e Mecanismos de Governança das Parcerias Público-Privadas e Mecanismos de Governança para a Fortificação de Alimentos em Grande Escala na África Ocidental

individualavaliando-parcerias-públicas-privadas-nacionais-alianças-capacidades-e-mecanismos-de-governança-para-grandes instituições e alianças nacionais para promover a fortificação de alimentos na África Ocidental. A busca de opiniões, percepções, valores, sentimentos, preconceitos, crenças e/ou atitudes dos sujeitos da avaliação auxiliam na adequação das linhas estratégicas de implementação no nível operacional e alimentam o desenho de uma segunda fase para colmatar lacunas na capacidade do setor público e governança da fortificação de alimentos na África Ocidental.

Tarefas específicas

Especificamente, o consultor realizará o seguinte:

- Avaliação da situação do LSFF na África Ocidental com ênfase particular na construção de parcerias e institucionalização de alianças nacionais para fortificação de alimentos
- Realizar uma avaliação das necessidades de capacidade da OOAS e da Direção de Comércio da CEDEAO sobre suas respectivas capacidades para trabalhar com atores do setor público e privado na África Ocidental para abordar as lacunas de LSFF na região
- Mapear as diferentes partes interessadas atualmente ou idealmente envolvidas no LSFF no nível regional, esclarecendo seus papéis e suas capacidades institucionais e humanas exigidas de cada um para cumprir efetivamente seus compromissos com o LSFF no longo prazo
- Realizar uma avaliação das necessidades sobre a capacidade no nível dos Ministérios da Saúde, para avançar na fortificação de alimentos
- Rever a advocacia para aumentar o apoio do governo à fortificação nos estados membros da CEDEAO
- Avaliar as políticas regionais de fortificação de alimentos e a sustentabilidade do compromisso político
- Avaliar a expansão da rede de parceiros público-privados a nível nacional/regional
- Avaliar a estrutura necessária para criar uma aliança regional para fortificação de alimentos para trabalhar com alianças nacionais para fortificação de alimentos nos países da África Ocidental e avaliar opções para coordenação sustentável de parceiros a nível regional em fortificação de alimentos
- Avaliar as políticas regionais e nacionais de fortificação de alimentos e a sustentabilidade do compromisso político e medir a vontade política na implementação dessas políticas

- Avaliar a expansão da rede de parceria de parceiros público-privados a nível nacional/regional
- Identificar campeões locais/regionais para promover a fortificação de micronutrientes de alimentos básicos
- Avaliar as opções para reviver ou criar novas alianças para fortificação de alimentos • Examinar as lacunas de capacidade das alianças nacionais para fortificação de alimentos para apoiar programas de fortificação de alimentos na África Ocidental
- Avaliar ferramentas de comunicação para promover o consumo de alimentos enriquecidos com micronutrientes
- Identificação de potenciais campeões locais que promovem alimentos enriquecidos com micronutrientes
- Avaliar as capacidades para organizar eventos nacionais em torno de alimentos enriquecidos com micronutrientes com o apoio da imprensa
- Avalie os recursos nacionais anteriores alavancados para anúncios de rádio e material de televisão sobre fortificação de alimentos no passado
- Avaliar a eficácia dos processos de ratificação e aplicação de normas regionais comuns harmonizadas para aplicação nacional de normas regionais de fortificação
- Avaliar as políticas regionais de fortificação de alimentos e a sustentabilidade do compromisso político
- Avaliar a expansão da rede de parceria de parceiros público-privados a nível nacional/regional

Entregáveis

A avaliação deve permitir que o projeto tenha um relatório de qualidade em versão em inglês e francês para ampla divulgação sobre mecanismos de coordenação de lacunas e eficácia de alianças nacionais para fortificação de alimentos na África Ocidental para informar o desenho da segunda fase da iniciativa regional em alimentos em larga escala fortificação na África Ocidental para contribuir de forma sustentável para a prevenção e redução da alta carga de deficiências de micronutrientes na região. Métodos de avaliação quantitativos e qualitativos serão usados simultaneamente para realizar esta avaliação após uma fase de revisão da literatura.

Os resultados da consultoria incluem um relatório consolidado abrangente que abrange:

i. Elaborar um guia metodológico para a realização da avaliação. Este guia deve ser validado pelo CRS antes do início da pesquisa. O Consultor fará referência e realizará revisão da literatura em estudos semelhantes.

ii. Documentar as capacidades das instituições do setor público na África Ocidental para cumprir suas funções de governança na implementação da fortificação regional de alimentos na África Ocidental de maneira eficaz e sustentável

iii. Documentar as capacidades técnicas da OOAS/CEDEAO para implementar, estabelecer e coordenar alianças de nível regional para fortificação de alimentos para trabalhar com alianças de nível nacional para fortificação de alimentos

4. Documentar capacidades institucionais, com foco em alianças de parceria público-privadas e governança, v. Fornecer dados sobre o mapeamento dos atores envolvidos na fortificação de alimentos

vi. Fornecer orientação sobre o gerenciamento do logotipo de marketing social “ENRICH” e recomendações para o desenvolvimento de uma comunicação de mudança social e comportamental

vii. Analisar as lacunas na coordenação eficaz das alianças nacionais de fortificação de alimentos para sustentar a fortificação de alimentos na África Ocidental

viii. Forneça um relatório consolidado detalhado sobre a avaliação com as principais recomendações e os próximos passos para ação em preparação para a segunda fase da iniciativa. Recomendações e devem incluir medidas concretas e realistas para sua implementação.

O projeto de relatório consolidado do estudo de avaliação será submetido ao CRS. Observações e emendas serão enviadas ao consultor para integração em até 10 dias úteis após o recebimento do relatório. Os documentos finais serão entregues no prazo máximo de 15 dias úteis à CRS em 3 (três) vias em papel e 1 (uma) via digital (arquivo eletrônico).

O esboço do relatório deve abranger:

- Um sumário
- Uma lista de siglas
- Um sumário executivo: Este sumário incidirá sobre as principais conclusões, num máximo de dois parágrafos descrevendo o contexto da consulta, resumo dos objetivos e resultados esperados; resultados da análise das principais lacunas, determinantes da sustentabilidade e funcionamento eficaz das alianças nacionais para a fortificação de alimentos e melhor governança da fortificação de alimentos em larga escala com recomendações para melhorar a governança do LSFF.
- Uma breve descrição das lacunas, bem como as limitações da avaliação.
- Um capítulo sobre análise SWOT sobre alianças nacionais para fortificação de alimentos com recomendações gerais e conclusão.
- Um apêndice contendo: os termos de referência, um ou mais quadros resumo, as ferramentas utilizadas, a lista de pessoas e instituições envolvidas, os documentos consultados e o programa de trabalho.

Período de Desempenho e Datas de Entrega

A atribuição abrange o período entre 1º de outubro de 2022 e 31 de janeiro de 2023, durante um período de trabalho de 40 dias de trabalho.

Apêndice 4: Lista de verificação da entrevista

Quem são as principais partes interessadas na implementação do LSFF em seu país/na África Ocidental

(Pense naqueles que seriam afetados pela implementação do LSFF, porque estão envolvidos na implementação ou são os alvos da implementação)

Qual é o papel de cada parte interessada?

(Aqui, o entrevistado falará sobre a função específica que cada parte interessada desempenha em relação à implementação do LSFF)

Como você classificaria a influência de cada parte interessada na implementação do LSFF?

(Isso envolve a capacidade da parte interessada de moldar ou impactar a implementação do LSFF e de moldar as atividades de outras partes interessadas.)

Que instituição governamental supervisiona a implementação do LSFF?

(Você mudaria isso? Por quê?)

Que plataformas existem para parcerias (consulta, colaboração, cooperação, comunicação) entre as partes interessadas para a implementação do LSFF?

(Estas podem ser plataformas do setor público, plataformas do setor privado ou plataformas público-privadas)

Existe uma aliança nacional de fortificação em seu país?

Quem são os membros da aliança nacional de fortificação em seu país?

(Também se existe um processo de adesão e o que é)

A aliança nacional de fortificação em seu país é útil/produzitiva? (Porquê e como?)

Como são estabelecidas as alianças institucionais para a implementação do LSFF?

Quem geralmente é responsável por estabelecer alianças institucionais para a implementação do LSFF?

Quando foi estabelecida a aliança nacional de fortificação em seu país?

Quem foi o responsável por estabelecer a aliança nacional de fortificação em seu país?

(Foi uma iniciativa impulsionada por doadores ou foi uma iniciativa impulsionada pelo governo ou pelo setor privado?)

Como foi estabelecida a aliança nacional de fortificação em seu país?

(Aqui, o entrevistado deve pensar se é uma aliança formal ou informal, estabelecida por legislação ou política, ou incorporada como uma entidade corporativa sob a lei.)

Qual é a estrutura de liderança da aliança de fortificação nacional em seu país?

(Isso inclui a composição da liderança institucional, regras para seleção de liderança e progressão de membros)

Perguntas complementares

Você tem dados atualizados sobre o consumo de alimentos e/ou alimentos fortificados?

Quais são as quantidades de alimentos fortificados importados/produzidos (para cada um dos veículos, % de realização de acordo com a previsão nacional

Quais são as taxas de realização de acordo com as previsões nacionais

Você acha que é possível avançar na fortificação de alimentos em larga escala em seu país? Por que?

Você acha que é possível que isso aconteça nos próximos 2 anos?

Você estaria disposto a assumir compromissos com o LSFF?

Apêndice 5: Lista de Instituições e Contactos Visitados/Entrevistados

País	Instituição	Nome e Cargo/Função	Data visitada
Côte d'Ivoire	Commerce Ivoirien et de Services	Sidibe Issa (Transitaire) Também conhecido como Armand Victorien (Directeur Commerce) Yaya Coulibaly (Comercial)	24.01.2023
Côte d'Ivoire	Ministro da saude(Programa Nacional de Nutrição, PNN)	Dr Akoa (Chef de Serviço) Karen Emmanuella Josee (Nutricionista) Yao Ana Eniuenne (Medicina SLCN) Alla A Denise (Medicina SLCN) Amani Jean Paul (Fisiologista) Bonny Stephane (Medicina) Kouame Desirne (DCA) Aka Francis (Nutricionista)	23.01.2023 23.01.2023 25.01.2023 25.01.2023
Côte d'Ivoire	CODINORM	Mouroufie Christiane (Chef de Departamento) Assoumou Canine (Chef de Departamento) Egar Kouame (DC)	23.01.2023
Côte d'Ivoire	Ministerio do comrcio de industria e da promoção das PME, Direção Général do Comercio Interno	Coulibaly K Adolfo Philippe Mungagbeu Ganon Issouf Câmara Aissata Gotti Kouassi Josiane	24.01.2023
Côte d'Ivoire	Helen Keller Internacional (HKI)	Dr Sidikou Sambo (Diretor Nacional) Amoakan Leonce (Programas Responsáveis)	25.01.2023

Ghana	Ministre de la Sante (Programme National de Nutrition, PNN)	Sra. Joyce Okeree (Diretor, normas)	26.01.2023
Ghana	Olam Agri	Mustapha Jalali Cabeça de Grãos de Gestão de Qualidade	26.01.2023
Ghana	Wilmar África Gh . Ltda	Moisés Adade	26.01.2023
Ghana	Serviço de saúde de Ghana	Sra. Veronica Quartey (Diretor Ag., nutrição)	27.01.2023
Ghana	Universidade de Ciência e Tecnologia Kwame Nkrumah	Dr. Herman Lutterodt	27.01.2023
UNICEF - Ghana	UNICEF	Jevaise Abolla (Funcionário de nutrição)	27.01.2023
Ghana	Autoridade de Alimentos e Medicamentos (FDA)	Mingle Cheatam (cabeça, Nutrição) Gloria Assum-Kwateng (Chefe, controle do aeroporto) Banaman Quist	27.01.2023
CEDEAO (Nigéria)	Comissão da CEDEAO	Iassane Kaboré (Diretor-Indústria) KAFANDO Christian Namalguedzanga (Desenvolvimento Ind e oficial de programa da CEDEAO)	30.01.2023
Nigéria	Ministério Federal do Orçamento e Planejamento Nacional	Sra Nduka C Nelson, Chefe, mesa de nutrição	31.01.2023

Nigéria	Organização de Padrões da Nigéria (SON)	Yunusa B. Muhammed Senhora Talatu Ethan (Diretor, Lagos) Ikhenebome David Ag. Diretor de serviços de laboratório	02.02.2023
Nigéria	CODINORM	Charles U. Nwachukwu (Diretor)	02.02.2023
Burkina Faso	Agence nationale de seurança alimentar, do ambiente, de alimentação e do trabalho (ANSSEAT) DCANA Ministere du Commerce de l'Industrie et de la Promotion des PME, Direction Générale du Commerce Intrieur	NIKIEMA Fulbert/DCANA SOMDA Ativos /CDS-SMA SAWADOGO Sandaogo /CDS-SPCA SAMA Ouambila /SNA ILBOUDO Inoussa /CDS-SCAA	06/02/2023
Burkina Faso	Direção da Nutrição/Lead ANF Helen Keller International (HKI)	GUEYE Abdoulaye/DN-FSSA THIOMBIANO Coulibaly Nana/DN-FSSA BAMBARA Estelle/DN	06/02/2023
Burkina Faso	SN-CITEC	DIALO Amadou	07/02/2023
Burkina Faso	Ghana Standards Authority Olam Agri Wilmar Africa Gh. Ltd Ghana Health Service	YAMEOGO Patrick/DGS/DRFC-A DABIRE D. Jonas/DRFC BAGRE Raymond/DRFC OUEDRAOGO Kassoum/DRFC KONKOBO Daouda /DRFC	07/02/2023
Burkina Faso	Kwame Nkrumah University of Science and Technology UNICEF	Sawadogo Aissama /DCQ/SLAT Nacanabo Adama /DCQ/SISM Yaguibou Gustave/SC	02/08/2023

Burkina Faso	Food and Drugs Authority (FDA)	KABORE/WARE Larissa Y/Chercheur	09/02/2023
		BATIONO Fabrice	
		KABORE Donatien	

LISTA DE REFERÊNCIAS

Referências Gerais

- Ikenna C. Ohanenye et al (2021) *Food fortification technologies: Influence on iron, zinc and vitamin A bioavailability and potential implications on micronutrient deficiency in sub-Saharan Africa*, Scientific African (11) e00667
- Aurélie Bechoff et al (2023) *Exploring the Complementarity of Fortification and Dietary Diversification to Combat Micronutrient Deficiencies: A Scoping Review* Current Developments in Nutrition (1) 100003
- Gretchen Stevens et al (2022) *Micronutrient Deficiencies among Preschool-Aged Children and Women of Reproductive Age Worldwide: a Pooled Analysis of Individual-Level Data from Population-Representative Surveys* The Lancet (10) e1590
- P.J Magee and M.T McCann (2019) *Micronutrient Deficiencies: Current Issues* Proceedings of the Nutrition Society (78) 147
- Birhane Mulluken Walle et al (2020) *Micronutrients Deficiency and Their Associations with Pregnancy Outcomes: A Review* Nutrition and Dietary Supplements (12) 237
- Xu Han et al (2022) *Global, Regional, and National Burdens of Common Micronutrient Deficiencies from 1990 to 2019: A Secondary Trend Analysis Based on the Global Burden of Disease 2019 Study* The Lancet (12) 1
- Regan L. Bailey et al (2015) *The Epidemiology of Global Micronutrient Deficiencies* Ann Nut Metab (66) 22
- Helen Keller Int'l and UNICEF (2022) *Landscape Analysis of Large-Scale Fortification of Oil and Wheat Flour in some West and Central African Countries: Status, Challenges and Opportunities for the Future*
- Helen Keller Int'l (2003) *The Sahel Micronutrient Initiative Phase II: Strengthening Vitamin A and Iron Programs in West Africa*
- Mawuli Sablah et al (2012) *Thriving Public–Private Partnership to Fortify Cooking Oil in the West African Economic and Monetary Union (UEMOA) to Control Vitamin A Deficiency: Faire Tache d’Huile en Afrique de l’Ouest* Food and Nutrition Bulletin (33) s310
- Maharaj K Bhan, Halvor Sommerfelt and Tor Strand (2001) *Micronutrient Deficiencies in Children* British Journal of Nutrition (85) s199
- Theodore H Tulchinsky (2010) *Micronutrient Deficiency Conditions: Global Health Issues* Public Health Reviews (32) 243
- Lindsay H Allen (2003) *Interventions for Micronutrient Deficiency Control in Developing Countries: Past, Present and Future* American Society for Nutritional Sciences 3875S
- Cristiana Berti, Mieke Faber and Cornelius M Smuts (2014) *Prevention and Control of Micronutrient Deficiencies in Developing Countries: Current Perspectives* Nutrition and Dietary Supplements (6) 41
- Roos Vestraeten (2021) *Transform Nutrition West Africa: Looking Back to Move Forward* (Report, August 2021)
- Ada E. Aghaji, Roseline Duke and Ugochukwu C. W. Aghaji (2019) *Inequitable Coverage of Vitamin A Supplementation in Nigeria and Implications for Childhood Blindness* BMC Public Health (19) 282
- Shawn Baker (2019) *The Danger of Complacency: Lost Progress in Vitamin A Distribution* Bill and Melinda Gates Foundation

- E.M Demaeyer, F.W Lowenstein and C.H Thilly (1979) *The Control of Endemic Goitre* (WHO, Geneva)

País e Região Referências

Benin

- Ministry of Agriculture (2013) *Plan Stratégique Opérationnel Alimentant Les Actions Et La Nutrition Dans Le Secteur Agricole*
- Iodine Global Network and UNICEF (2019) *Analyse Situationnelle du Programme d'Iodation Universelle du Sel au Bénin: Étude de Cas*
- Iodine Global Network and UNICEF (2019) *Résumé de l'état d'avancement du programme sur l'alimentation en iode et l'iodation du sel au Benin*
- World Bank (2020) *Implementation Completion and Results Report Cr. 5337-BJ on a Credit in the Amount of SDR 18.3 Million (US\$28 Million Equivalent) to the Republic of Benin for the Benin Multisectoral Food Health Nutrition Project (April 2020)*
- Republique du Benin, Presidence de la Republique (2009) *Decret N° 2009-245 du 09 Juin 2009 Portant Création, Attributions, Organisation et Fonctionnement du Conseil National de l'Alimentation et de la Nutrition*
- Republique du Benin (2003) *Arrêté n°1243 MAEP/D-CAB/SGM/DA/CSRH/SA du 23 Decembre 2003, Portant Attributions, Organisation Et fonctionnement de la Direction de l'Alimentation et de la Nutrition Appliquee*

Burkina Faso

- Arrete Interministeriel No 2014 /MS/MICA/MEF/MASA portant Création, Attributions, Organisation, Composition et Fonctionnement de l'Alliance Nationale pour la Fortification des Aliments au Burkina Faso (ANF-BF)
- Arrete Conjoint N° /MS/MICA/MEF/MAH portant création, composition et attribution de l'Alliance Nationale pour la Fortification des Aliments au Burkina Faso (ANF-BF).
- Iodine Global Network and UNICEF (2021) *Résumé de l'état d'avancement du Programme sur l'alimentation en iode et l'iodation du Sel au Burkina Faso*
- Decree No. 2008 003/PRES/PM/MS/MAHRH/MASSN/MEF portant Création, Attributions, Organisation, Composition et Fonctionnement du Conseil National de Concertation en Nutrition (CNCN)
- Ministère de la Sante (2020) *Plan Strategique Multisectoriel de Nutrition 2020-2024*
- **Côte d'Ivoire**
- République de Côte d'Ivoire (2016) *Plan National Multisectoriel de Nutrition*
- Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN) (2005) *Côte d'Ivoire Launches National Food Fortification Project to Combat Vitamin and Mineral Deficiency*

The Gambia

- Terms of Reference for the National Alliance on Food Fortification (on File with Author)
- Richard Odum Nyumuah (2018) *Situational Analysis of the Legal, Policy and Intuitional Arrangement for Food Control with Reference to Implementation of a Food Fortification Project*

Ghana

- Richard Odum Nyumuah et al (2012) *Implementing Large-Scale Food Fortification in Ghana: Lessons Learned* Food and Nutrition Bulletin (22) S293

Guinea

- Helen Keller International (2014) Final Report – OFDA Guinea Fortification
- Termes de Références de l'Alliance Guinéenne pour la Fortification des Aliments (on File with Author)

Liberia

- National Fortification Alliance Terms of Reference (on File with Author)
- Republic of Liberia (2006) Comprehensive Food Security and Nutrition Survey (CFSNS)

Mali

- Republic of Mali (2004), DECREE N°03-550/PM-RM OF DECEMBER 30, 2003 Establishing the Technical Committee for Food Fortification (Official Journal of the Republic of Mali)
- Republique du Mali, Ministere de la Sante (2021) Plan d'Action Multisectoriel de Nutrition

Niger

- Republicque du Niger (2017) Arrête No. 157 MAG/EL/DIRCAB/SG/DAC /POR du 23 Juin 2017 portant création, composition, attribution, et fonctionnement de Comité de Pilotage du Projet de Fortification de Produits Alimentaires Transformés (FOPAT) de Consommation Courant au Niger
- Food Fortification Advisory Services (2018) SWOT Analysis on Food Fortification in Niger

Nigeria

- Global Fortification Data Exchange (2020) Stakeholder Consultation : Understanding the Needs of Partners and National Implementers to make Informed Decisions about their Fortification Policies and Programs
- P.A Nwajagu, S.t Laiye, S.O Ajayi (2010) Recommended Harmonized Manual for Monitoring and Enforcement Fortification Standards and Regulations in Nigeria

Senegal

- Halie Kampman et al (2017) *How Senegal created an enabling environment for nutrition: A story of Change* Global Food Security (13) 57
- Research and Marketing Services Ltd and Helen Keller International (2011) Recherche Formative sur l'identification, l'acceptation et la demande des aliments enrichis en vitamines et minéraux au Sénégal
- Helen Keller International and USAID (2013) Final Technical Report Responding to the food prices crisis by accelerating the fortification of staples in vitamins and minerals in Senegal and Mauritania, June 2009 – April 2013

Sierra Leone

- Scaling Up Nutrition (2012) Sierra Leone: SUN Country Summary
- Government of Sierra Leone (2015) National Food and Nutrition Security Implementation Plan
- Iodine Global Network and UNICEF (2021) Summary of the Universal Salt Iodization Program in Sierra Leone

Togo

- Iodine Global Network and UNICEF (2021) Analyse situationnelle du programme d'iodation universelle du sel au Togo: Étude de Cas

Regional

- West African Health Organization (WAHO) (2008) Regional Harmonization for Sustainable Food Fortification Program (ECOWAS Feasibility Study)
- West African Health Organization (2006) 7th Ordinary Assembly of ECOWAS Health Ministers: Final Communiqué
- Union Economique et Monetaire Ouest Africaine (UEMOA) (2013) Reunion des Partenaires de l'Enrichissement des Aliments en Micronutriments dans la Zone UEMOA: Summary Report